



Demonstrações Contábeis 2025

Demonstrações Contábeis			
Balanco Patrimonial Consolidado	2		
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada	3		
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar nº 1	4		
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar nº 2	5		
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Geral	6		
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PrevMais	7		
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regul. Complementar nº 1	8		
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regul. Complementar nº 2	9		
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Geral	10		
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios PrevMais	11		
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado	12		
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar nº 1	13		
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar nº 2	14		
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Geral	15		
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PrevMais	16		
Notas Explicativas			
1. Contexto Operacional	17	11. Equilíbrio Técnico	52
2. Apresentação das Demonst. Contábeis	19	12. Fundos	58
3. Principais Práticas Contábeis	20	13. Resultado Administrativo	60
4. Realizável da Gestão Previdencial	32	14. Apresent. dos Efeitos da Consolidação	62
5. Realizável da Gestão Administrativa	32	15. Resultado dos Investimentos	63
6. Realizável de Investimentos	33	16. Transações Entre Partes Relacionadas	63
7. Imobilizado e Intangível	45	17. Gestão Assistencial	64
8. Exigível Operacional	45	18. Aprovação das Demonst. Contábeis	64
9. Exigível Contingencial	45	19. Outras Informações	64
10. Provisões Matemáticas	48	20. Eventos subsequentes	65

Balanco Patrimonial Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
DISPONÍVEL		81	59	EXIGÍVEL OPERACIONAL	8	26.189	24.450
				Gestão Previdencial		16.881	15.470
				Gestão Administrativa		7.204	7.154
				Investimentos		2.104	1.826
REALIZÁVEL		12.116.989	11.348.776	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	461.903	454.539
Gestão Previdencial	4	1.002.913	1.049.550	Gestão Previdencial		327.284	322.207
Gestão Administrativa	5	146.948	141.304	Gestão Administrativa		134.619	132.332
Investimentos	6	10.967.128	10.157.922	PATRIMÔNIO SOCIAL		11.629.682	10.870.493
Títulos Públicos	6.1	7.401.736	6.825.194	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		11.536.941	10.788.052
Ativos Financeiros de Créditos Privados	6.2	332.397	267.951	Provisões Matemáticas	10	11.773.503	11.145.332
Fundos de Investimento	6.3	2.750.463	2.610.147	Benefícios Concedidos		9.376.593	9.287.158
Investimentos em Imóveis	6.4	154.389	145.544	Benefícios a Conceder		3.530.091	3.074.367
Operações com Participantes	6.5	328.143	304.553	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(1.133.181)	(1.216.193)
Outros Realizáveis	6.6	-	4.533	Equilíbrio Técnico	11	(236.562)	(357.280)
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	7	704	647	Resultados Realizados		(236.562)	(357.280)
Imobilizado		663	588	Superávit Técnico Acumulado		200.051	130.299
Intangível		41	59	(-) Déficit Técnico Acumulado		(436.613)	(487.579)
GESTÃO ASSISTENCIAL	17	656.693	599.209	FUNDOS	12	92.741	82.441
				Fundos Previdenciais		22.316	16.809
				Fundos Administrativos		62.553	49.361
				Fundos para Garantia das Operações com Participantes		7.872	16.271
				GESTÃO ASSISTENCIAL	17	656.693	599.209
TOTAL DO ATIVO		12.774.467	11.948.691	TOTAL DO PASSIVO		12.774.467	11.948.691

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Muta     do Patrimônio Social

Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	DESCRI����	NOTA	2025	2024	Varia���� (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício		10.870.493	10.419.574	4,33
	1. Adições		1.724.775	1.496.926	15,22
(+)	Contribuições Previdenciais		482.614	487.426	(0,99)
(+)	Portabilidade		-	670	(100,00)
(+)	Atualiza���� de Depósitos Judiciais/Recurrais		840	937	(10,35)
(+)	Outras Adições Previdenciais		-	1.411	(100,00)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		1.170.339	923.457	26,73
(+)	Receitas Administrativas	13.1	72.437	71.560	1,23
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	13.1	6.944	9.710	(28,49)
(+)	Constitui���� de Fundos para Garantia das Operações com Participantes		(8.399)	1.755	(578,58)
	2. Deduções		(965.586)	(1.046.007)	(7,69)
(-)	Benefícios		(860.827)	(827.929)	3,97
(-)	Resgates		(3.015)	(2.638)	14,29
(-)	Portabilidades		(765)	(469)	63,11
(-)	Outras Deduções		-	(2.621)	(100,00)
(-)	Constitui���� Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		(34.790)	(38.463)	(9,55)
(-)	Despesas Administrativas	13.2	(63.891)	(63.349)	0,86
(-)	Constitui���� Líquida de Contingências - Gestão Administrativa		(2.298)	(110.538)	(97,92)
	3. Acréscimo/(Decréscimo) no Patrimônio Social (1+2)		759.189	450.919	68,36
(+/-)	Provis����es Matemáticas		628.171	536.309	17,13
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício		120.718	2.212	5.357,41
(+/-)	Fundos Previdenciais		5.507	3.260	68,93
(+/-)	Fundos Administrativos	13.3	13.192	(92.617)	(114,24)
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes		(8.399)	1.755	(578,58)
	4. Outros Eventos do Patrimônio Social		-	-	-
	B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)		11.629.682	10.870.493	6,98
	5. Gestão Assistencial	17	36.062	255.898	(85,91)
(+)	Receitas Assistenciais		216.520	481.467	(55,03)
(-)	Despesas Assistenciais		(180.458)	(225.569)	(20,00)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios

Regulamento Complementar nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
1. Ativos	120.376	111.665	7,80
Disponível	11	10	10,00
Recebíveis Previdencial	15.812	13.665	15,71
Investimentos	104.553	97.990	6,70
Títulos Públicos	72.683	68.883	5,52
Ativo Financeiros de Crédito Privados	6.619	5.923	11,75
Fundos de Investimento	16.028	14.320	11,93
Operações com Participantes	9.223	8.864	4,05
2. Obrigações	13.629	12.569	8,43
Operacional	2.568	2.307	11,31
Contingencial	11.061	10.262	7,79
3. Fundos não Previdenciais	4.302	2.906	48,04
Fundos Administrativos	3.973	2.625	51,35
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	329	281	17,08
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	102.445	96.190	6,50
Provisões Matemáticas	96.283	94.565	1,82
Superávit Técnico	6.162	1.625	279,20
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 11.1)			
a) Equilíbrio Técnico	6.162	1.625	279,20
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	6.162	1.625	279,20

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios

Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
1. Ativos	77.260	70.906	8,96
Disponível	11	11	-
Recebíveis Previdencial	5.376	4.627	16,19
Investimentos	71.873	66.268	8,46
Títulos Públicos	47.653	44.824	6,31
Ativo Financeiros de Crédito Privados	3.949	3.529	11,90
Fundos de Investimento	17.447	14.833	17,62
Operações com Participantes	2.824	3.082	(8,37)
2. Obrigações	4.189	3.612	15,97
Operacional	2.079	1.610	29,13
Contingencial	2.110	2.002	5,39
3. Fundos não Previdenciais	3.778	3.028	24,77
Fundos Administrativos	3.596	2.871	25,25
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	182	157	15,92
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	69.293	64.266	7,82
Provisões Matemáticas	47.426	50.246	(5,61)
Superávit Técnico	21.867	14.020	55,97
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 11.2)			
a) Equilíbrio Técnico	21.867	14.020	55,97
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	21.867	14.020	55,97

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
1. Ativos	7.889.033	7.672.349	2,82
Disponível	22	11	100,00
Recebíveis Previdencial	1.023.051	1.063.897	(3,84)
Investimentos	6.865.960	6.608.441	3,90
Títulos Públicos	6.222.240	5.949.663	4,58
Ativo Financeiros de Crédito Privados	132.463	113.924	16,27
Fundos de Investimento	253.765	296.189	(14,32)
Investimentos em Imóveis	154.389	145.544	6,08
Operações com Participantes	103.103	98.588	4,58
Outros Realizáveis	-	4.533	(100,00)
2. Obrigações	325.889	320.938	1,54
Operacional	11.776	11.079	6,29
Contingencial	314.113	309.859	1,37
3. Fundos não Previdenciais	38.606	37.359	3,34
Fundos Administrativos	33.828	27.302	23,90
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	4.778	10.057	(52,49)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	7.524.538	7.314.052	2,88
Provisões Matemáticas	7.961.150	7.801.631	2,04
Déficit Técnico	(436.612)	(487.579)	(10,45)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 11.3)			
a) Equilíbrio Técnico	(436.612)	(487.579)	(10,45)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	448.589	451.409	(0,62)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	11.977	(36.170)	(133,11)

 Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

 Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

 Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

 Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios

PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
1. Ativos	3.889.282	3.355.076	15,92
Disponível	22	11	100,00
Recebíveis Previdencial	21.227	16.722	26,94
Investimentos	3.868.033	3.338.343	15,87
Títulos Públicos	1.055.923	751.131	40,58
Ativo Financeiros de Crédito Privados	189.366	144.575	30,98
Fundos de Investimento	2.409.751	2.248.618	7,17
Operações com Participantes	212.993	194.019	9,78
2. Obrigações	2.562	2.384	7,47
Operacional	2.562	2.300	11,39
Contingencial	-	84	(100,00)
3. Fundos não Previdenciais	23.739	22.339	6,27
Fundos Administrativos	21.156	16.563	27,73
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.583	5.776	(55,28)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	3.862.981	3.330.353	15,99
Provisões Matemáticas	3.668.644	3.198.890	14,68
Superávit Técnico	172.021	114.654	50,03
Fundos Previdenciais	22.316	16.809	32,76
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 11.4)			
a) Equilíbrio Técnico	172.021	114.654	50,03
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	172.021	114.654	50,03

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Muta  o do Ativo L  ido por Plano de Benefícios

Regulamento Complementar n   1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRI��O		2025	2024	Varia��o (%)
A) Ativo L��ido - início do exercício		96.190	92.327	4,18
1. Adi��o��s		13.474	12.954	4,01
(+)	Contribui��o��es	3.221	3.838	(16,08)
(+)	Resultado Positivo L��ido dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.194	9.054	12,59
(+)	Atualiza��o Depósitos Judiciais/Recurais	55	44	25,00
(+)	Reversão L��ida de Contingências - Gestão Previdencial	4	-	100,00
(+)	Outras Adi��o��es	-	18	(100,00)
2. Dedu��o��es		(7.219)	(9.091)	(20,59)
(-)	Benefícios	(3.998)	(3.671)	8,91
(-)	Constitui��o L��ida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(413)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(3.221)	(3.115)	3,40
(-)	Outras Dedu��o��es	-	(1.892)	(100,00)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo L��ido (1+2)		6.255	3.863	61,92
(+/-)	Provis��o��es Matemáticas	1.718	7.188	(76,10)
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	4.537	(3.325)	(236,45)
4. Outros Eventos do Ativo L��ido		-	-	-
5. Opera��o��es Transitórias		-	-	-
B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3+4+5)		102.445	96.190	6,50
C) Fundos não Previdenciais		1.396	(3.429)	(140,71)
(+/-)	Fundos Administrativos	1.348	(3.480)	(138,74)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera��o��es com Participantes	48	51	(5,88)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Muta  o do Ativo L  ido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar n   2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRI��O		2025	2024	Varia��o (%)
	A) Ativo L��ido - início do exercício	64.266	61.851	3,90
	1. Adições	10.095	9.108	10,84
(+)	Contribuições	2.708	2.789	(2,90)
(+)	Resultado Positivo L��ido dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.341	6.213	18,16
(+)	Atualiza��o Depósitos Judiciais/Recursoais	46	74	(37,84)
(+)	Outras Adições	-	32	(100,00)
	2. Deduções	(5.068)	(6.693)	(24,28)
(-)	Benefícios	(1.988)	(3.378)	(41,15)
(-)	Constitui��o L��ida de Contingências - Gestão Previdencial	(372)	(525)	(29,14)
(-)	Custeio Administrativo	(2.708)	(2.790)	(2,94)
	3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo L��ido (1+2)	5.027	2.415	108,16
(+/-)	Provisões Matemáticas	(2.820)	20	(14.200,00)
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	7.847	2.395	227,64
	4. Outros Eventos do Ativo L��ido	-	-	-
	5. Operações Transitórias	-	-	-
	B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3+4+5)	69.293	64.266	7,82
	C) Fundos não Previdenciais	750	(4.671)	(116,06)
(+/-)	Fundos Administrativos	725	(4.695)	(115,44)
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	25	24	4,17

 Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

 Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

 Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

 Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Muta  o do Ativo L  ido por Plano de Benefícios

Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	DESCRI��O	2025	2024	Varia��o (%)
	A) Ativo L��ido - início do exercício	7.314.052	7.065.194	3,52
	1. Adi��o��es	1.001.504	1.015.547	(1,38)
(+)	Contribui��o��es	336.450	348.813	(3,54)
(+)	Resultado Positivo L��ido dos Investimentos - Gestão Previdencial	664.321	664.570	(0,04)
(+)	Atualiza��o Depósitos Judiciais/Recurais	733	819	(10,50)
(+)	Outras Adi��o��es	-	1.345	(100,00)
	2. Dedu��o��es	(791.018)	(766.689)	3,17
(-)	Benefícios	(746.004)	(718.666)	3,80
(-)	Resgates	(331)	(93)	255,91
(-)	Constitui��o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(34.509)	(37.386)	(7,70)
(-)	Custeio Administrativo	(10.174)	(9.816)	3,65
(-)	Outras Dedu��o��es	-	(728)	(100,00)
	3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo L��ido (1+2)	210.486	248.858	(15,42)
(+/-)	Provis��o��es Matemáticas	159.519	232.713	(31,45)
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	50.967	16.145	215,68
	4. Outros Eventos do Ativo L��ido	-	-	-
	5. Opera��o��es Transitórias	-	-	-
	B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3+4+5)	7.524.538	7.314.052	2,88
	C) Fundos não Previdenciais	1.247	(52.337)	(102,38)
(+/-)	Fundos Administrativos	6.526	(53.166)	(112,27)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera��o��es com Participantes	(5.279)	829	(736,79)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Muta  o do Ativo L  ido por Plano de Benefícios

PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRI��O		2025	2024	Varia��o (%)
A) Ativo L��ido - início do exercício		3.330.354	3.043.708	9,42
1. Adi��o��s		655.681	402.166	63,04
(+)	Contribui��o��es	167.105	157.860	5,86
(+)	Portabilidade	-	670	(100,00)
(+)	Resultado Positivo L��ido dos Investimentos - Gestão Previdencial	488.483	243.620	100,51
(+)	Atuliza��o Depósitos Judiciais/Recursais	6	-	100,00
(+)	Reversão L��ida de Contingências - Gestão Previdencial	87	-	100,00
(+)	Outras Adi��o��es	-	16	(100,00)
2. Dedu��o��es		(123.053)	(115.520)	6,52
(-)	Benefícios	(108.837)	(102.214)	6,48
(-)	Resgates	(2.684)	(2.545)	5,46
(-)	Portabilidade	(765)	(469)	63,11
(-)	Constitui��o L��ida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(139)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(10.767)	(10.153)	6,05
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo L��ido (1+2)		532.628	286.646	85,81
(+/-)	Provis��o��es Matemáticas	469.754	296.388	58,49
(+/-)	Fundos Previdenciais	5.507	3.260	68,93
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	57.367	(13.003)	(541,18)
4. Outros Eventos do Ativo L��ido		-	-	-
5. Opera��o��es Transitórias		-	-	-
B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3+4+5)		3.862.982	3.330.354	15,99
C) Fundos não Previdenciais		1.400	(30.425)	(104,60)
(+/-)	Fundos Administrativos	4.593	(31.276)	(114,69)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera��o��es com Participantes	(3.193)	851	(475,21)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior:	49.361	141.978	(65,23)
1. Custeio da Gestão Administrativa	79.381	81.270	(2,32)
1.1. Receitas	79.381	81.270	(2,32)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	26.870	25.873	3,85
Custeio Administrativo dos Investimentos	15.370	14.352	7,09
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2.012	1.778	13,16
Reembolso da Gestão Assistencial	27.730	27.395	1,22
Receitas Diretas	9	1	800,00
Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	1	13	(92,31)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	6.944	9.710	(28,49)
Outras Receitas	445	2.148	(79,28)
2. Despesas Administrativas	63.891	63.349	0,86
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	36.161	35.954	0,58
Pessoal e Encargos	23.566	22.684	3,89
Treinamentos/Congressos e Seminários	330	348	(5,17)
Viagens e Estádias	42	55	(23,64)
Serviços de Terceiros	9.152	9.742	(6,06)
Despesas Gerais	1.957	1.988	(1,56)
Depreciações e Amortizações	200	222	(9,91)
Tributos	914	915	(0,11)
2.3. Administração Assistencial - Despesa e Constituição/Reversão de Contingências	27.730	27.395	1,22
3. Constituição/(Reversão) de Contingências Administrativas	2.298	110.538	(97,92)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	13.192	(92.617)	(114,24)
7. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (6)	13.192	(92.617)	(114,24)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	62.553	49.361	26,73

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Regulamento Complementar nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	116.403	109.040	6,75
1. Provisões Matemáticas	96.283	94.565	1,82
1.1. Benefícios Concedidos	13.570	13.387	1,37
Benefício Definido	13.570	13.387	1,37
1.2. Benefício a Conceder	82.713	81.178	1,89
Benefício Definido	82.713	81.178	1,89
2. Equilíbrio Técnico	6.162	1.625	279,20
2.1. Resultados Realizados	6.162	1.625	279,20
Reserva de Contingência	6.162	1.625	279,20
3. Fundos	329	281	17,08
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	329	281	17,08
4. Exigível Operacional	2.568	2.307	11,31
4.1. Gestão Previdencial	2.534	2.281	11,09
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	34	26	30,77
5. Exigível Contingencial	11.061	10.262	7,79
5.1. Gestão Previdencial	11.061	10.262	7,79

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	73.664	68.035	8,27
1. Provisões Matemáticas	47.426	50.246	(5,61)
1.1. Benefícios Concedidos	2.047	2.013	1,69
Benefício Definido	2.047	2.013	1,69
1.2. Benefício a Conceder	45.379	48.233	(5,92)
Benefício Definido	45.379	48.233	(5,92)
2. Equilíbrio Técnico	21.867	14.020	55,97
2.1. Resultados Realizados	21.867	14.020	55,97
Superávit Técnico Acumulado	21.867	14.020	55,97
Reserva de Contingência	7.416	7.954	(6,76)
Reserva Especial para Revisão do Plano	14.451	6.066	138,23
3. Fundos	182	157	15,92
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	182	157	15,92
4. Exigível Operacional	2.079	1.610	29,13
4.1. Gestão Previdencial	2.062	1.597	29,12
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	17	13	30,77
5. Exigível Contingencial	2.110	2.002	5,39
5.1. Gestão Previdencial	2.110	2.002	5,39

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	7.855.205	7.645.047	2,75
1. Provisões Matemáticas	7.961.150	7.801.631	2,04
1.1. Benefícios Concedidos	8.535.786	8.447.884	1,04
Benefício Definido	8.535.786	8.447.884	1,04
1.2. Benefício a Conceder	558.545	569.940	(2,00)
Benefício Definido	558.545	569.940	(2,00)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.133.181)	(1.216.193)	(6,83)
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	(1.133.181)	(1.216.193)	(6,83)
(-) Patrocinador(es)	(170.068)	(182.429)	(6,78)
(-) Participantes	(42.374)	(48.880)	(13,31)
(-) Assistidos	(920.739)	(984.884)	(6,51)
2. Equilíbrio Técnico	(436.612)	(487.579)	(10,45)
2.1. Resultados Realizados	(436.612)	(487.579)	(10,45)
(-) Déficit Técnico	(436.612)	(487.579)	(10,45)
3. Fundos	4.778	10.057	(52,49)
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	4.778	10.057	(52,49)
4. Exigível Operacional	11.776	11.079	6,29
4.1. Gestão Previdencial	10.619	10.020	5,98
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.157	1.059	9,25
5. Exigível Contingencial	314.113	309.859	1,37
5.1. Gestão Previdencial	314.113	309.859	1,37

 Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

 Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

 Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

 Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.868.126	3.338.513	15,86
1. Provisões Matemáticas	3.668.644	3.198.890	14,68
1.1. Benefícios Concedidos	825.190	823.874	0,16
Contribuição Definida	361.190	345.461	4,55
Benefício Definido	464.000	478.413	(3,01)
1.2. Benefício a Conceder	2.843.454	2.375.016	19,72
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.362.849	1.132.180	20,37
Saldo de Contas - Parcela Participantes	1.389.954	1.153.650	20,48
Saldo de Contas - Parcela Participantes EFPC	509	957	(46,81)
Benefício Definido	90.142	88.229	2,17
2. Equilíbrio Técnico	172.021	114.654	50,03
2.1. Resultados Realizados	172.021	114.654	50,03
Superávit Técnico Acumulado	172.021	114.654	50,03
Reserva de Contingência	116.032	114.654	1,20
Reserva Especial para Revisão do Plano	55.989	-	100,00
3. Fundos	24.899	22.585	10,25
3.1. Fundos Previdenciais	22.316	16.809	32,76
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	2.583	5.776	(55,28)
4. Exigível Operacional	2.562	2.300	11,39
4.1. Gestão Previdencial	1.666	1.572	5,98
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	896	728	23,08
5. Exigível Contingencial	-	84	(100,00)
5.1. Gestão Previdencial	-	84	(100,00)

 Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

 Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

 Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

 Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU de 1º de agosto de 1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, assumiu as obrigações relacionadas aos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde do Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que obedecem ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Durante o exercício, o Economus efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB Asset Management, além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos.

As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053/2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667/2006 e nº 1.315/2013.

Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) e a partir de 2022 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Desses, três planos estão estruturados na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Economus é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Plano Regulamento Complementar nº 1 - Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.002-19, CNPJ 48.306.557/0001-81, destinado aos empregados do Patrocinador Banco do Brasil S.A, oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., admitidos

originariamente pelo regime de CLT, até 13 de maio de 1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para os dependentes dos participantes habilitados ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Complementar nº 2 - Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.003-83, CNPJ 48.306.558/0001-26, destinado aos empregados do Patrocinador Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime da CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para os dependentes dos participantes habilitados ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Geral - Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.001-38, CNPJ 48.306.556/0001-37, destinado aos empregados dos Patrocinadores Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. e Economus, admitidos originariamente pelo regime da CLT, após 13 de maio de 1974. O plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões desde 2006. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo saldamento do benefício, com participantes ativos que não efetuaram essa opção e ainda com participantes em benefício proporcional diferido. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença, além do benefício de pecúlio por morte e por invalidez, estes dois últimos pagos em forma de prestação única.

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30 de dezembro de 2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi aprovado o Regulamento do Plano de Benefícios PrevMais, em 05 de julho de 2006, na modalidade de Contribuição Variável (CV), pelo Ofício nº 1.987.

Plano PrevMais - Plano estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), CNPB 20.060.034-29, CNPJ 48.307.319/0001-90, destinado aos empregados dos Patrocinadores Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. e Economus, implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, aberto para novas adesões, no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. No momento da concessão do benefício de aposentadoria, o participante pode optar por um benefício de renda financeira ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus).

Plano de Gestão Administrativa - PGA - Tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, CNPJ 49.320.799/0001-92 na forma do seu Regulamento.

Quadro de Participantes

Em 31 de dezembro de 2025, o Economus possuía 22.413 participantes (22.560, em 2024), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos ^(a)	985	1.006	567	611	8	10	6.221	6.265
Aposentados	6	6	-	-	8.271	8.320	3.084	3.072
Pensões	3	3	3	3	827	777	259	233
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	2	2	73	77
Autopatrocinado	-	-	-	-	-	-	29	33
Ativos - Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	1.868	1.940	-	-
Participantes em outras situações ^(b)	-	-	-	-	-	-	207	202
Total de Participantes	994	1.015	570	614	10.976	11.049	9.873	9.882

(a) Ativos em relação aos planos de benefícios.

(b) desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligados do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão do Instituto; ou falecidos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Essas demonstrações seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis aplicáveis às EFPC.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões (Previdencial, Administrativa e Assistencial) e o fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, conforme segue:

Gestão Previdencial: atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, bem como da mutação patrimonial do plano de benefícios.

Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios, de caráter previdencial e assistencial. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial e assistencial leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

Gestão Assistencial: atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de caráter assistencial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais em separado, demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (nota explicativa nº 17).

Investimentos: referem-se ao registro e controle das aplicações dos planos de benefícios de caráter previdencial e do PGA.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral, PrevMais e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

Conforme a legislação vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

Balanço Patrimonial: Apresenta, de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS: Apresenta, de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;

Demonstração do Ativo Líquido – DAL: Apresenta, por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais dos planos da Entidade;

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL: Apresenta, por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido no exercício;

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: Apresenta, de forma consolidada e por plano de benefícios, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT: Apresenta, por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício;

Notas Explicativas: Apresenta as políticas contábeis significativas e dá outras informações.

Os quadros, as informações e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidas a seguir:

3.1. Premissas e Estimativas contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administração são: provisões para perdas em investimentos, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, o exigível contingencial (demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis), determinação de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Administração revisa periodicamente essas estimativas e suas premissas.

3.2. Gestão de Riscos

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de Instrumentos Institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiam a tomada de decisão, contribuem para o aprimoramento dos processos e mitigam a ocorrência de possíveis desvios. Estes Instrumentos Institucionais viabilizam a implementação do gerenciamento de integridade, riscos e controles internos da gestão no âmbito do Economus.

Na visão do Economus, que é responsável pela administração de planos de previdência, o risco é inerente à realização de atividades complexas. Cabe ao Economus não restringir por completo a exposição a um risco, pois isso, tornaria inviável quaisquer operações, mas explorar os aspectos positivos e os negativos aos quais estamos expostos, a fim de assegurar que as metas estatutárias sejam cumpridas dentro de patamares seguros para a viabilidade e sustentabilidade de seus planos.

Ainda, o Economus parte do princípio de que a tomada de risco é uma decisão colegiada e, portanto, o apetite a risco da Entidade é parte integrante de sua Gestão de Risco, que abrange todos os planos administrados pelo Economus, respeitando suas particularidades de regulamento e composição de risco, e que é revisada e aprovada anualmente pela governança da Entidade.

Além desse processo de revisão, há um acompanhamento ativo, sob todos os aspectos definidos pelas diretrizes de investimentos, com a finalidade de assegurar que os pontos abordados em sua Política de Investimentos estejam sendo cumpridos e explorados para o cumprimento das metas estabelecidas para cada um dos planos.

Toda e qualquer tomada de decisão de riscos no Economus é amparada pelos seguintes pilares:

a) Cultura e Governança; b) Estratégia e Objetivo; c) Performance; d) Avaliação e Revisão; e) Informação; f) Comunicação e Reporte.

Soma-se ainda a estes pilares o respeito à particularidade de cada plano previdencial, os quais necessitam de análises e cenários diferentes de exposição de riscos, em função das características da composição de risco de cada plano.

3.2.1. Risco Operacional

É o risco de perdas diretas ou indiretas resultantes das falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, de pessoas ou de sistemas informatizados, ou ainda da ocorrência de eventos externos.

O gerenciamento dos riscos operacionais dos processos do Economus tem o objetivo de prevenir ameaças ou mitigar a materialização de evento de perda operacional que possa impactar na capacidade de alcançar seus objetivos, podendo ocasionar prejuízos financeiros e gerenciais. Constitui-se em modelos e melhores práticas de Gestão Baseada em Riscos (GBR) e de Sistemas de Controles Internos (SCI), observadas as legislações e especificidades do segmento de previdência complementar. Os riscos operacionais são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, sendo o nível de exposição mensurado sob a ótica da frequência e severidade e formalizado em matriz de riscos.

3.2.2. Risco de Mercado

É o risco de perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os

valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou commodities.

Para o gerenciamento do risco de mercado, são calculadas diversas métricas para todos os fundos, como VaR, *duration* e *tracking error*. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, a gestão do risco de mercado agrega testes de aderência do modelo de VaR (*backtesting*), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados.

Em 2025 todos os limites de risco de mercado foram respeitados para todos os segmentos.

3.2.3. Risco de Crédito

Caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de rating de um emissor de títulos ou default.

A gestão do risco de crédito utiliza-se de comitês que atuam, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança do Economus, bem como revendo políticas e práticas de controle.

Ao longo de 2025 os planos não realizaram operações classificadas como alto risco de crédito. Os Comitês de Gestão de Risco e Investimentos, acompanham o desempenho dos papéis e seus respectivos ratings estabelecidos pelas principais agências de classificação de risco.

3.2.4. Risco Atuarial

A gestão do risco atuarial exige conhecimento prévio dos fatores que podem resultar em volatilidade nos resultados de determinado plano de benefícios. Em linha com os princípios da Supervisão Baseada em Risco – SBR, o Economus emprega um conjunto de ações e processos para monitorar e avaliar quantitativamente e qualitativamente os potenciais riscos atuariais, adotando alternativas estratégicas para minimizar seus potenciais impactos.

O processo de Gestão do Risco Atuarial do Economus mapeia e identifica os riscos inerentes ao passivo atuarial, substanciado na realidade de cada plano de benefícios, dado pelas hipóteses atuariais (biométricas, demográficas, econômico e financeiras), regimes financeiros e métodos de financiamento, base cadastral, bem como pela precificação de ativo e passivo.

3.2.5. Risco Legal ou de Enquadramento

O risco legal ou de enquadramento caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade, assim como também está vinculado à mensuração e quantificação da aderência das carteiras de investimentos e das ações do Economus com sociedade e fornecedores aos dispositivos legais, o que pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O principal objetivo de Gestão de Risco Legal é assegurar que a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre as suas atividades.

O Economus controla a conformidade legal e o enquadramento, por meio do constante monitoramento de eventuais desenquadramentos dos investimentos em relação aos limites estabelecidos na regulamentação para o nosso segmento e pelas Políticas internas.

3.2.6. Risco de Liquidez

Caracteriza-se pela possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas, decorrente de variações nos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, o que pode ocasionar descasamento entre pagamentos e recebimentos, afetando a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

3.2.7. Risco Sistêmico

Atingida por meio da alocação dos recursos, levando em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores, emissores e gestores externos, bem como os diferentes indicadores de desempenho para o investimento, visando, desta maneira, mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos planos. A diversificação dos investimentos, em linha com o registrado na Política vigente, é fator determinante para a mitigação do risco sistêmico.

3.2.8. Risco de Terceirização

Caracteriza-se pela perda decorrente dos terceiros/fornecedores não honrarem, total ou parcialmente, seus compromissos contratuais e obrigações acordadas, bem como decorrente de situações em que os serviços prestados ou os produtos adquiridos não atinjam os requisitos de qualidade esperados, ou não sejam entregues nas datas previstas.

3.2.9. Risco Socioambiental

O Economus promove a integração dos temas ambientais, sociais e de governança (ESG) nas tomadas de decisão de investimento, sendo signatário dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), visando contribuir para o retorno de longo prazo aos beneficiários.

O Economus tem como objetivo incentivar os prestadores de serviço a adotarem as práticas do PRI, no âmbito da administração e gestão de recursos.

Dentre as ações destacamos: a coleta seletiva, redução no uso de papéis por meio da digitalização de documentos e incentivo à diversidade em seu quadro de empregados.

3.2.10. Risco de Imagem

A Gestão do Risco de Imagem é feita por meio da implementação de políticas e práticas de governança corporativa, levando em consideração os aspectos referentes à transparência, ética e responsabilidade social. A gestão adequada da imagem é fundamental para mitigar os impactos negativos sobre a reputação do Economus e a manutenção da confiança dos participantes. A adoção de medidas preventivas e ações corretivas, em linha com as diretrizes estabelecidas nas Políticas vigentes, é fator determinante para a mitigação do risco de imagem.

3.2.11. Risco Cibernético

A gestão adequada do risco cibernético envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a segurança dos dados e sistemas computacionais. Nessa linha, o Economus possui estratégias estabelecidas baseadas no *framework* CIS Control de prevenção e recuperação para antecipar e gerir esse risco, em linha com sua Política de Segurança da Informação e controle

internos relacionados ao tema.

Além disso, o Economus está em conformidade com as regulamentações aplicáveis, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais. A adoção de boas práticas de segurança da informação também auxilia na mitigação do risco cibernético.

3.2.12. Risco de Conflito de Interesses

No Economus, a gestão deste risco é norteada pela existência do Programa de Integridade e por meio da Política de Transações com Partes Relacionadas, levando em consideração os aspectos referentes à transparência e ética nas relações entre as partes envolvidas. A adoção de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados é fundamental para mitigar os impactos de conflitos de interesses sobre os ativos dos planos.

Internamente, todas as instâncias do Economus entendem o que é conflito de interesses e suas subdivisões. Nos treinamentos, e nos documentos da hierarquia que tratam do assunto, damos direcionamentos práticos, exemplificamos com situações claras, facilitando o entendimento e, consequentemente, as atitudes são alinhadas ao Programa de Integridade.

A disponibilização permanente de canal de denúncias também é necessária para dar liberdade às pessoas que precisam de voz, sem interferência de meios e terceiros que poderiam tentar influenciar o processo.

3.2.13. Risco de Contencioso Judicial

A gestão adequada do risco de contencioso judicial envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a exposição da instituição a processos judiciais. A gestão desse risco é considerada em todas as iniciativas do Economus, por meio de pareceres específicos da área jurídica do Economus.

Além disso, a gestão de compliance da Economus monitora as regulamentações aplicáveis ao Instituto por meio de sistema específico, adotando, dessa forma, boas práticas de governança corporativa para minimizar o risco de contencioso judicial.

Ainda, as regras internas de provisionamento classificam eventuais perdas decorrentes de aspectos contingenciais em linha com a sua probabilidade de materialização. Dessa forma, o Economus gere o impacto de ações dessa natureza.

3.2.14. Risco de Continuidade dos Negócios

A gestão do risco de continuidade de negócios é crucial para a sustentabilidade das instituições. Essa gestão envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a capacidade da instituição de continuar operando em caso de eventos imprevistos ou desastres naturais.

Nessa linha, o Economus estabelece estratégias de prevenção e recuperação para antecipar e gerir esse risco, incluindo planos de continuidade de negócios e recuperação de desastres, bem como a realização de revisão e exercícios regulares para garantir a eficácia desses planos.

Na gestão de continuidade, um dos aspectos mais importantes é o preparo para responder rapidamente a eventos imprevistos ou desastres naturais, a fim de minimizar o impacto sobre suas

operações e garantir a continuidade dos negócios.

3.2.15. Risco de Solvência

A gestão do risco de solvência consiste no monitoramento contínuo da solvência da Entidade, garantindo que haja capital suficiente para enfrentar eventuais problemas relacionados ao risco de crédito, risco operacional e risco de mercado.

No Economus, algumas medidas específicas para a gestão do risco de solvência incluem o monitoramento contínuo do equilíbrio técnico e do índice de solvência.

3.2.16. Gerenciamento dos Riscos do Economus em 2025

No gerenciamento dos seus riscos, o Economus realizou Testes Segregados de Controle na totalidade dos processos do Economus classificados como “alta criticidade”. A área de riscos adentrou aos processos de cada unidade, formando opiniões baseadas em evidências, dando um maior poder as análises e fortalecendo o processo anual de avaliação de riscos e controles internos. A realização de testes segregados e os resultados obtidos retroalimentam a avaliação periódica do Economus, fornecendo uma perspectiva empírica, baseando-se nas evidências adquiridas durante a realização dos testes.

Ambiente interno: Execução periódica de escaneamento de vulnerabilidades, implantação de ferramentas para monitoramento da segurança do ambiente, modernização da ferramenta de antivírus, implantação do monitoramento de ameaças (*threat intelligence*), implantação de ferramenta de gestão de patches, eliminação de vulnerabilidades encontradas durante o escaneamento de vulnerabilidades, ampliação da segurança do ambiente com a realização de ações pontuais, além de promover treinamentos e conscientizações de todo o seu quadro de colaboradores ministrados por especialistas em segurança da informação.

Ambiente Externo: Realização periódica de *Pentest*, atualização da tecnologia do portal Economus, contratação de site WAF (Web Application Firewall) externo.

Compliance: O Economus monitora a Agenda de Obrigações Legais e Institucionais do Economus, bem como acompanha novas legislações publicadas para o segmento previdencial. Em caso de não cumprimento, o sistema emite um relatório de atraso para as unidades que, eventualmente, tenham infringido alguma obrigação legal, sendo seu reporte efetuado no Comitê de Gestão de Riscos.

As Obrigações Legais do Economus são cadastradas, mantidas e acompanhadas diariamente em sistema específico para sua gestão.

Além disso, o Economus reformou seu Modelo Proprietário de Riscos e aumentou o leque de análises de riscos, incluindo monitoramento de novos riscos em aderência às boas práticas de mercado.

Durante o ano de 2025, não foram registrados eventos fora dos parâmetros definidos, e todas as operações do Economus permaneceram em conformidade com as leis, regulações e normas internas aplicáveis. A gestão de riscos, aliada ao fortalecimento dos controles internos e à ampliação das análises, assegurou que as movimentações do Economus fossem conduzidas de forma segura, transparente e em alinhamento com as melhores práticas de mercado.

3.3. Apuração do Resultado

Representa as adições e as deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas do fluxo dos investimentos, são escrituradas pelo regime contábil de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrem, independente do seu recebimento ou pagamento. Exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

3.4. Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como os instrumentos de dívida dos patrocinadores Banco do Brasil S.A. e do Economus referente ao Regulamento Geral, relativos aos déficits técnicos equacionados e registrados no grupo "Operações Contratadas".

3.5. Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos, os valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

3.6. Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes.

3.6.1. Títulos Públicos e Ativos Financeiros de Crédito Privado

São lastreadas em títulos públicos e ativos financeiros de créditos privado emitidos por instituições financeiras ou por empresas, as quais são registradas inicialmente pelo custo, inclusive corretagem e emolumentos, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro-rata até o encerramento do balanço e deduzido, quando aplicável, das provisões para perdas. Possuem remuneração paga em intervalos de tempo e em condições predefinidas.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes são reconhecidos a débito de "Deduções/Variações Negativas" (despesa).

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.6.2. Fundos de Investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis do Economus, conforme determinado e informado pelos seus respectivos administradores na CVM.

3.6.3. Investimentos em Imóveis

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados por meio de avaliações anuais a valor de mercado, conforme legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com legislação específica da Previc.

Os valores dos imóveis são com base em laudo de avaliação elaborado por terceiros. As avaliações estão em conformidade com as determinações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e com as Normas Brasileiras (NBR) para Avaliações de Bens Imóveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.6.4. Operações com Participantes

São operações com empréstimos a participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.6.5. Depósitos Judiciais e Recursais de Investimentos

Têm por finalidade garantir o juízo enquanto se discute o objeto ou os valores em processos judiciais relativos às contingências dos investimentos, englobando aplicações financeiras, operações com participantes e imóveis.

3.6.6. Outros Realizáveis

Têm por finalidade registrar as aplicações efetuadas pelo plano em outras modalidades de investimentos, decorrentes de Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev.

3.7. Imobilizado e Intangível

O imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos. São registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

O intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os gastos registrados no intangível (abrangido pelo CPC 04 (R1)) são apresentados pelo valor aplicado e amortizado no prazo estabelecidos pelo valor aplicado e amortizado no prazo estabelecido pela área técnica, tomando como base premissas razoáveis e comprováveis, que representem a melhor estimativa da Administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

As seguintes alíquotas anuais são aplicadas:

Imobilizado: a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, *hardware*, exceto celulares e *tablets*, que são depreciados em 18 meses, de acordo com os normativos internos.

Intangível: é composto por softwares, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

3.8. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para as operações com participantes ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa nas operações com participantes, segundo critérios definidos no artigo 199, da Instrução Previc nº 23/2023, e alterações posteriores:

- I. Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II. Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III. Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV. Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V. Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI. Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII. Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

As carteiras de operações com participantes contam com a constituição de um fundo de contingência, destinado a quitação em caso de inadimplência.

3.9. Gestão Assistencial

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos dos planos de benefícios previdenciário administrados pelo Economus, e seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3.10. Exigível Operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e dos investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias incorridas, quando aplicável. São decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

3.11. Exigível Contingencial

Decorre de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, ajuizadas por terceiros, ex-empregados, participantes e ex-participantes e seus dependentes, entidades de representação e órgãos públicos.

Essas contingências levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Os valores das contingências são mensurados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua apuração de forma adequada, apesar da incerteza em relação ao prazo e valor. Para fins de contingência, os processos judiciais e administrativos são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados em notas explicativas, sem que sejam provisionados;
- **Remotas:** não são provisionados e divulgados nas demonstrações contábeis.

O critério de provisão das ações está alinhado ao Pronunciamento Técnico CPC 25, cuja regra é unificada para processos que tramitam na esfera administrativa, na Justiça do Trabalho, na Justiça Federal e na Justiça Comum. A classificação da perspectiva de perda leva em consideração a jurisprudência, as decisões judiciais, a opinião dos advogados, a legislação e as informações do processo.

Já o critério quantitativo considera a melhor estimativa de desembolso, nos termos das normas vigentes, e quando não há elementos para o cálculo, que ocorre para um tipo de processo, é provisionado o valor médio de desembolso dos três últimos anos. Esses valores são periodicamente revistos conforme fatos relevantes do processo, especialmente quando da sentença ou acórdão, e atualizados mensalmente.

Em relação às ações trabalhistas e cíveis envolvendo participantes vinculados ao Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais e o registro na contingência no mesmo montante, com exceção dos processos movidos por beneficiários de ex-participantes do Regulamento Complementar nº 2, requerendo o pagamento de pecúlio por morte, que são provisionados.

As provisões são efetuadas mensalmente e revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração avalia que as provisões constituídas para os processos judiciais são suficientes para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus advogados, estando de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos em relação às decisões desfavoráveis ao Economus.

3.11.1. Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da possibilidade de recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

3.12. Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano. O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura dos planos e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

3.12.1. Provisões Matemáticas

Nos cálculos atuariais dos planos são adotados regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados encontram-se detalhados nos respectivos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, apurados pelo atuário responsável, também denominadas

reservas matemáticas nos pareceres atuariais, e destinam-se ao pagamento dos benefícios previstos nos Regulamentos dos planos:

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

Registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios concedidos, a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e pensionistas em gozo de benefícios.

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

- **Contribuição definida:** registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referente às parcelas de contribuição dos participantes e patrocinadores, que compõem o montante financeiro individual, acrescidas da rentabilidade líquida.
- **Benefício definido:** registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros e o valor atual das contribuições futuras.

(-) Provisões Matemáticas a Constituir

Representam o valor presente das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos planos de equacionamentos de déficits existentes.

Conforme legislação vigente, para o Plano de Benefício Regulamento Geral (déficits de 2015 e 2017), a parcela da dívida do patrocinador Banco do Brasil S.A. e Economus está registrada no Ativo no grupo “Operações Contratadas”, uma vez que há instrumento de dívida formalizado.

3.12.2. Equilíbrio técnico

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos garantidores para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício). O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido na legislação vigente. O que ultrapassar este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados de acordo com as normas do CNPC e da Previc.

Reserva de Contingência: registra o valor do Superávit Técnico até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Reserva Especial para revisão do Plano: registra o valor do Superávit Técnico que exceder o limite da Reserva de Contingência. O montante apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios, deve ser integralmente destinado à revisão do plano de benefícios, até o final do exercício subsequente.

Déficit Técnico: registra a insuficiência patrimonial dos planos de benefícios em relação às respectivas provisões matemáticas.

3.12.3. Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

Fundos Previdenciais: Aplicado ao Plano PrevMais (CV), o fundo previdencial é composto pelo fundo de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes.

Fundos Administrativos: É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizados no grupo de contas da Gestão Administrativa.

Fundos para Garantia das Operações com Participantes: É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

3.13. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, aprovado por meio do plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

A partir de abril de 2025, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- **Plano Regulamento Complementar nº 1:** correspondente à contribuição de 0,60% (0,60%, em 2024) do salário real de participação dos participantes e da complementação dos assistidos, com paridade patronal.
- **Plano Regulamento Complementar nº 2:** correspondente à contribuição de 0,90% (0,90%, em 2024) do salário real de participação dos participantes e da complementação dos pensionistas, com paridade patronal.
- **Plano Regulamento Geral:** correspondente à contribuição de 0,65% (0,65%, em 2024) do salário real de participação (Ativos não optantes pelo Saldamento), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício proporcional saldado (optantes pelo Saldamento) e da complementação dos assistidos, com paridade patronal. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,30% (1,30%, em 2024) do salário real de participação.
- **Plano PrevMais:** correspondente à contribuição de 0,45% (0,45%, em 2024) sobre o salário de benefício dos participantes e assistidos, com paridade patronal. Para os participantes autopatrocinados e optantes pelo BPD, a contribuição corresponde a 0,90%.
- **Custeio Administrativo de Investimentos:** correspondente à cobrança de 0,15% (0,15%, em 2024) sobre os recursos garantidores de cada plano de benefícios administrado.

4. Realizável da Gestão Previdencial

Apresentamos abaixo, o realizável da gestão previdencial que registra, além das contribuições normais, adiantamentos, depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, valores a receber em processo de conciliação no patrocinador.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contribuições do Mês ^(a)	-	-	-	-	62	62	71	71	133	133
Patrocinadores	-	-	-	-	62	62	71	71	133	133
Participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autopatrocinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações Contratadas ^(b)	-	-	-	-	793.045	851.334	-	-	793.045	851.334
Déficit de 2015 - Patrocinador	-	-	-	-	68.717	86.392	-	-	68.717	86.392
Déficit de 2017 - Patrocinador	-	-	-	-	724.328	764.942	-	-	724.328	764.942
Adiantamentos	-	-	-	-	1.498	1.400	-	-	1.498	1.400
Depósitos Judiciais ^(c)	11.061	10.262	1.743	1.712	194.618	183.799	-	85	207.422	195.858
Demais Realizáveis ^(d)	778	778	37	44	-	-	-	3	815	825
Total da Gestão Previdencial	11.839	11.040	1.780	1.756	989.223	1.036.595	71	159	1.002.913	1.049.550

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes assistidos e autopatrocinados dos Planos de Benefício.

(b) Trata-se do registro contábil da dívida das patrocinadoras com instrumentos contratuais de dívidas relativos aos financiamentos de déficit técnico equacionado contabilizados no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável da Gestão Previdencial". Os prazos de amortização, bem como o saldo devedor são descritos na nota explicativa nº 10.4.1.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Compostos, principalmente, pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 815 (R\$ 822, em 2024).

5. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2025	2024
Contas a Receber	11.267	8.191
Contribuições para o Custeio do Mês	77	77
Responsabilidade dos Empregados	307	61
Outros Recursos a Receber	10.883	8.053
Taxa Administrativa dos Empréstimos a Participantes	163	141
Transferência entre Administrativos ^(a)	2.615	2.475
Reembolsos Judiciais do Regulamento Complementar nº 1 e nº 2 ^(b)	8.105	5.437
Depósitos Judiciais/Recursais ^(c)	134.359	131.887
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.322	1.226
Total da Gestão Administrativa	146.948	141.304

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2025, recebidos em janeiro de 2026.

(b) Compostos pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

6. Realizável de Investimentos

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Ativos Financeiros de Crédito Privado, Renda Variável, Fundos de Investimento, Investimentos em Imóveis, Operações com Participante, Depósitos Judiciais/Recursais e Outros Realizáveis dos Investimentos. Alcançou o montante de R\$ 10.967.128 (R\$ 10.157.922, em 2024), a seguir demonstrado.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Títulos Públicos Federais	72.683	68.883	47.653	44.824	6.222.240	5.949.663	1.055.923	751.131	3.237	10.693	7.401.736	6.825.194
Notas do Tesouro Nacional	72.683	68.883	47.653	44.824	6.222.240	5.949.663	1.055.923	751.131	-	-	7.398.499	6.814.501
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	3.237	10.693	3.237	10.693
Ativos Financeiros de Crédito Privado	6.619	5.923	3.949	3.529	132.463	113.924	189.366	144.575	-	-	332.397	267.951
Letras Financeiras - LF	6.619	5.923	3.949	3.529	132.463	113.924	189.366	144.575	-	-	332.397	267.951
Fundos de Investimentos	16.028	14.320	17.447	14.833	253.765	296.189	2.409.751	2.248.618	53.472	36.187	2.750.463	2.610.147
Fundo de Renda Fixa	16.028	14.320	17.447	14.833	104.008	116.368	2.223.300	2.083.531	53.472	36.187	2.414.255	2.265.239
Fundo de Ações	-	-	-	-	76.363	96.177	184.792	162.306	-	-	261.155	258.483
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	-	-	-	-	58.631	69.946	1.659	2.781	-	-	60.290	72.727
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	-	-	-	-	14.768	13.926	-	-	-	-	14.768	13.926
(-) Perdas Estimadas - FIP	-	-	-	-	(5)	(228)	-	-	-	-	(5)	(228)
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	154.389	145.544	-	-	-	-	154.389	145.544
Operações com Participantes (Empréstimos)	9.223	8.864	2.824	3.082	103.103	98.588	212.993	194.019	-	-	328.143	304.553
Outros Realizáveis - Investimentos	-	-	-	-	-	4.533	-	-	-	-	-	4.533
Total dos Investimentos	104.553	97.990	71.873	66.268	6.865.960	6.608.441	3.868.033	3.338.343	56.709	46.880	10.967.128	10.157.922

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 37, de 13/03/2020, os investimentos classificados na categoria Títulos mantidos para negociação podem ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e são avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) para Títulos Públicos Federais ou provedor de preços contratado pelo Economus (Pop BR) para Títulos Privados, e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Em 2025, houve reclassifica o entre as categorias “Títulos mantidos para Negocia o” para “Títulos mantidos até o Vencimento” no Plano PrevMais, com objetivo de carregamento dos ativos até o vencimento atestada a capacidade do Plano para tal. Tal opera o, realizada em consonância   com a referida Resolu o CNPC n  61/2024, será detalhada em t pico específico (Nota Explicativa 6.1.3).

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor das cotas, divulgadas diariamente pelos respectivos administradores.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as a  es e os títulos privados são custodiadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (B3). As cotas de fundo de investimentos são custodiadas nas seguintes institui  es:

- Banco Bradesco S.A.
- Banco BTG Pactual S.A.
- Banco Daycoval S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- Caixa Econ mica Federal
- Itaú Unibanco S.A.
- Lions Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

6.1 Títulos Públicos

Descri�o	2025	2024
Regulamento Complementar n� 1	72.683	68.883
Notas do Tesouro Nacional - Série B	72.683	68.883
Regulamento Complementar n� 2	47.653	44.824
Notas do Tesouro Nacional - Série B	47.653	44.824
Regulamento Geral	6.222.240	5.949.663
Notas do Tesouro Nacional - Série C	517.790	562.976
Notas do Tesouro Nacional - Série B	5.704.450	5.386.687
PrevMais	1.055.923	751.131
Notas do Tesouro Nacional - Série B	864.577	637.201
Notas do Tesouro Nacional - Série F	191.346	113.930
PGA	3.237	10.693
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	3.237	10.693
Total dos Títulos Públicos	7.401.736	6.825.194

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Títulos Públicos Mantidos até Vencimento

Descrição	2025				2024
	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor do papel na curva / Contábil	Valor do papel na curva / Contábil
Regulamento Complementar nº 1			51.856	63.233	59.892
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	3.074	13.515	15.094	14.586
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2032	232	1.001	1.010	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	2.430	10.186	12.651	12.177
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	4.253	17.395	22.093	21.239
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	2.377	9.759	12.385	11.890
Regulamento Complementar nº 2			37.110	41.330	38.808
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	710	3.244	3.315	3.165
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2028	82	367	385	369
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	5.187	22.805	25.337	24.460
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2032	494	2.130	2.221	1.158
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	2.086	8.564	10.072	9.656
Regulamento Geral			4.725.316	6.222.240	5.949.663
Notas do Tesouro Nacional - Série C	01/01/2031	71.000	65.952	517.790	562.977
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	19.680	89.927	91.870	87.659
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	15.000	65.949	67.561	64.246
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2032	1.200	10.369	5.168	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	175.272	738.786	813.699	779.803
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	101.024	423.451	470.266	411.238
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	366.898	1.500.618	1.909.964	1.790.877
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	445.817	1.830.264	2.345.922	2.252.863
PrevMais			985.311	1.055.923	592.104
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	6.100	27.874	28.491	27.207
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	2.500	10.992	11.514	10.994
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2032	12.656	54.579	54.492	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	49.033	206.678	208.796	72.454
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	24.015	100.661	107.881	66.024
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	28.467	116.430	128.646	103.894
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	64.824	266.129	324.757	311.531
Notas do Tesouro Nacional - Série F	01/01/2031	134.670	125.095	118.481	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	01/01/2033	145.740	51.814	49.019	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	01/01/2035	28.800	25.059	23.846	-
Total			5.799.593	7.382.726	6.640.467

Observando-se os requisitos da Resolução CNPC 61/2024, a Administração do Economus manifesta a intenção de manter esses títulos até seus respectivos vencimentos.

6.1.2 Títulos Públicos para Negociação

Descrição	2025			2024
	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado / Contábil	Valor de Mercado / Contábil
Regulamento Complementar nº 1			9.450	8.991
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	1.382	6.315	6.022
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2027	700	3.135	2.969
Regulamento Complementar nº 2			6.323	6.016
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	923	4.218	4.022
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2027	470	2.105	1.994
PrevMais			-	159.027
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	-	-	45.097
Notas do Tesouro Nacional - Série F	01/01/2031	-	-	113.930
PGA			3.237	10.693
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	01/09/2025	180	3.237	10.693
Total dos Títulos Públicos			19.010	184.727

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.3 Negociação/Alteração de registro dos Títulos Públicos - categoria “Títulos Mantidos até o vencimento”

No exercício de 2025, foram efetivas as seguintes operações:

a) Regulamento Geral: foram vendidos títulos mantidos até o vencimento para a compra de outros também destinados a permanecer até o vencimento, com prazo maior, conforme previsto na Resolução Previc nº 23 e normas posteriores. Nessa operação, foram alienados 5.000 títulos NTN-C com vencimento em 01/01/2031, pelo valor de mercado de R\$ 41.366, com taxa de 6,98% + IGP-M. Na mesma data, foram adquiridos 10.900 títulos NTN-B com vencimento em 15/05/2045, pelo valor de R\$ 42.153, classificados como “Títulos mantidos até o vencimento” com taxa de 7,525% + IPCA.

Regulamento Geral							
Título	Data	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
			Taxa	Valor	Taxa Média	Valor	
NTN-C 2031 (venda)	mar/25	5.000	10,12%	36.444	6,98%	41.366	4.922
Total		5.000		36.444		41.366	4.922

Regulamento Geral					
Título	Data	Quantidade	Curva		
			Taxa	Valor	
NTN-B 2045 (compra)	mar/25	10.900	7,62%	42.153	
Total		10.900		42.153	

b) Plano PrevMais: foi feita a mudança da categoria de registro de títulos públicos federais, passando de “Títulos mantidos para negociação” para “Títulos mantidos até o vencimento”, de acordo com a Resolução CNPC nº 61 e normas posteriores. Essa alteração envolveu 11.460 títulos NTN-B, com vencimento em 15/05/2035, que tiveram sua categoria alterada em 17/01/2026 com taxa de 7,73% + IPCA e valor de R\$ 45.132. Na mesma data, também tiveram alteração na categoria de marcação 134.670 títulos NTN-F, com vencimento em 01/01/2031, com taxa de 15,32% prefixada e o valor de R\$ 109.614.

PrevMais							
Título	Data	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
			Taxa	Valor	Taxa Média	Valor	
NTN-B 2035	jan/25	11.460	7,73%	45.132	7,65%	45.384	252
NTN-F 2031	jan/25	134.670	15,32%	109.614	15,68%	110.260	646
Total		146.130		154.746		155.644	898

A operação realizada proporciona maior equilíbrio estrutural para o plano em médio e longo prazos, minimizando o risco de descasamento dos indicadores de correção entre o ativo e passivo e incrementando o casamento dos fluxos de caixa.

6.2 Ativos Financeiros de Crédito Privado

Descrição	2025	2024
Regulamento Complementar nº 1	6.619	5.923
Letras Financeiras - LF	6.619	5.923
Regulamento Complementar nº 2	3.949	3.529
Letras Financeiras - LF	3.949	3.529
Regulamento Geral	132.463	113.924
Letras Financeiras - LF	132.463	113.924
PrevMais	189.366	144.575
Letras Financeiras - LF	189.366	144.575
Total dos Ativos Financeiros de Crédito Privado	332.397	267.951

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6.2.1 Ativos Financeiros de Crédito Privado Mantidos até Vencimento

Descrição	2025						2024
	Emissor	Risco de Crédito	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Regulamento Geral					32.435	33.675	30.269
Letras Financeiras					32.435	33.675	30.269
Letra Financeira	SAFRA	AAA	23/02/2027	25	32.435	33.675	30.269
Total					32.435	33.675	30.269

6.2.2 Ativos Financeiros de Crédito Privado para Negociação

Descrição	2025						2024
	Emissor	Risco de Crédito	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Regulamento Complementar nº 1					6.619	6.619	5.923
Letras Financeiras					6.619	6.619	5.923
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	22/09/2028	25	1.354	1.354	1.197
Letra Financeira	SAFRA	AAA	04/01/2030	10	1.324	1.324	1.196
Letra Financeira	SAFRA	AAA	07/01/2030	5	666	666	602
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	07/01/2030	10	1.343	1.343	1.195
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	08/01/2030	5	673	673	599
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	11/09/2031	12	635	635	564
Letra Financeira	SAFRA	AAA	12/09/2031	12	624	624	570
Regulamento Complementar nº 2					3.949	3.949	3.529
Letras Financeiras					3.949	3.949	3.529
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	22/09/2028	25	1.355	1.355	1.197
Letra Financeira	SAFRA	AAA	04/01/2030	3	397	397	359
Letra Financeira	SAFRA	AAA	07/01/2030	2	266	266	241
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	07/01/2030	3	403	403	359
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	08/01/2030	2	269	269	240
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	11/09/2031	12	635	635	564
Letra Financeira	SAFRA	AAA	12/09/2031	12	624	624	569
Regulamento Geral					98.789	98.789	83.655
Letras Financeiras					98.789	98.789	83.655
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	22/09/2028	200	10.830	10.830	9.576
Letra Financeira	SAFRA	AAA	04/01/2030	125	16.547	16.547	14.949
Letra Financeira	SAFRA	AAA	07/01/2030	125	16.649	16.649	15.042
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	07/01/2030	125	16.792	16.792	14.938
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	08/01/2030	125	16.834	16.834	14.971
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	17/04/2030	5	5.398	5.398	-
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	11/09/2031	150	7.933	7.933	7.056
Letra Financeira	SAFRA	AAA	12/09/2031	150	7.806	7.806	7.123
PrevMais					189.366	189.366	144.575
Letras Financeiras					189.366	189.366	144.575
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	22/09/2028	550	29.783	29.783	26.335
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	18/12/2028	25	28.800	28.800	25.092
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	07/01/2030	150	20.151	20.151	17.925
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	08/01/2030	150	20.201	20.201	17.966
Letra Financeira	SAFRA	AAA	04/01/2030	150	19.856	19.856	17.939
Letra Financeira	SAFRA	AAA	07/01/2030	150	19.978	19.978	18.050
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	17/04/2030	25	26.988	26.988	-
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	11/09/2031	225	11.900	11.900	10.584
Letra Financeira	SAFRA	AAA	12/09/2031	225	11.709	11.709	10.684
Total					298.723	298.723	237.682

Todos os ativos financeiros são classificados como baixo risco de crédito, os quais são definidos pela nota (rating) emitida pelas principais agências classificadoras de risco de crédito (Moody's Investor Service - Moody's; Standard & Poor's Global Ratings - Standard & Poor's; ou Fitch Ratings - Fitch.

6.3 Fundo de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, os fundos de investimentos apresentam um montante de R\$ 2.750.463 (R\$ 2.610.147, em 2024) estão assim demonstrados:

Descrição	2025	2024
Regulamento Complementar nº 1	16.028	14.320
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	16.028	14.320
Regulamento Complementar nº 2	17.447	14.833
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	17.447	14.833
Regulamento Geral	253.765	296.189
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	104.008	116.368
Fundo de Ações (Fundo Exclusivo ECO STOCKS FIC FIA)	76.363	96.177
Fundo de Investimento em Participações	58.631	69.946
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	14.768	13.926
(-) Perdas Estimadas - Fundos de Investimento	(5)	(228)
PrevMais	2.409.751	2.248.618
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	2.223.301	2.083.531
Fundo de Ações (Fundo Exclusivo ECO STOCKS FIC FIA)	184.791	162.306
Fundo de Investimento em Participações	1.659	2.781
PGA	53.472	36.187
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	53.318	36.052
Fundo de Renda Fixa (FIC CAIXA SIGMA - C.E.F.)	154	135
Total dos Fundos de Investimentos	2.750.463	2.610.147

6.3.1 Fundos de Renda Fixa e Ações – Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2025, os fundos exclusivos apresentam uma posição patrimonial de montante de R\$ 2.978.177 (R\$ 2.934.234, em 2024). Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos classificados em “Fundos de Renda Fixa” estão assim demonstrados:

Descrição	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
	2025	2024
ECO CASH FIC FI RENDA FIXA	2.717.023	2.675.658
BB Eco Plus FI RF CP (a)	2.300.531	2.194.147
BB Top RF Índice de Preço FI RF LP (b)	226.957	261.220
BB Top RF Agressivo Pre FI RF LP (c)	189.442	220.073
Caixa/Disponível	161	264
Valores a Receber	-	1
Valores a Pagar	(68)	(47)

(a) Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.

(b) Carteira, basicamente, representada por Notas do Tesouro Nacional - Série B (IPCA).

(c) Carteira, basicamente, representada por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LTN) e NTN - Série F.

ECO STOCKS FIC FIA	261.154	258.576
Fundo de Renda Variável*	261.106	258.530
Ação da Vale ON	30.603	27.445
Ação do Itaú Unibanco PN	21.257	12.220
Ação da Petrobras PN	13.497	18.891
Ação da Petrobras ON	11.290	16.318
Ação da Sabesp ON	9.186	7.126
Ação do Bradesco PN	9.147	6.986
Ação da Weg ON	7.183	9.214
Ação da Axia Energia ON	6.969	7.949
Ação da Itausa PN	6.949	6.012
Outras Ações	145.025	146.369
Valores a Pagar	(12)	(15)
Disponível	60	60
Valores a Receber	-	1
* Abertura das 9 maiores ações da carteira em 2025.		
Total dos Fundos Exclusivos	2.978.177	2.934.234

O Fundo ECO CASH FIC FI Renda Fixa recebe aplicações dos Planos Assistenciais geridos pelo Economus.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6.3.2 Fundos de Investimentos em Participações

O Economus encerrou o exercício de 2025 com o montante de R\$ 60.290 (R\$ 72.727, em 2024), em Fundos de Investimento em Participações.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2025	Rentabilidade de 2025	Saldo em 2024
Plano Regulamento Geral			310.130	502.890	58.631	17,47%	69.946
FIP PÁTRIA INFRAESTR	12.517.924/0001-49	fev/11	17.235	15.853	5.887	-9,12%	6.478
FIP BRASIL PETROLEO ^(a)	14.240.738/0001-30	fev/12	13.645	34	5	-97,79%	228
FIP BRASIL PORTOS	14.737.553/0001-36	mar/12	17.731	2.524	10.031	29,11%	8.305
FIP FBIE II	19.837.544/0001-30	jan/15	16.943	14.322	4.645	49,72%	8.415
FIP NEO CAP MEZANINO	10.720.618/0001-80	set/10	13.459	12.660	1.782	24,42%	1.607
FIP NEO CAP MEZN III	19.933.445/0001-52	ago/14	27.756	842	17.892	10,60%	16.467
FIP FBIE - SANTANDER	11.760.191/0001-06	set/10	14.288	2.818	2.885	7,25%	3.846
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	36.800	22.733	12.295	30,83%	20.542
FIP INDUSTRIAL PARKS	10.214.548/0001-98	nov/12	16.013	9.840	1.404	-42,43%	1.738
FIP COPA FLOREST III	17.672.294/0001-09	fev/16	20.922	39.879	684	2,23%	669
FIP INV. INSTIT. III	09.064.476/0001-60	jul/08	19.243	22.501	339	9,38%	310
FICFIP PATR PRIV III	18.563.785/0001-76	dez/13	9.651	1.604	782	-25,17%	1.341
FICFIP PÁTRIA R.E.II ^(d)	10.979.378/0001-32	jul/10	21.413	21.010	-	-	-
FIP CAIXA BARCELONA ^(b)	15.254.490/0001-20	mar/13	36.253	316.928	-	-	-
FIP POLO R ESTATE II ^(b)	13.515.474/0001-18	dez/14	1.635	1.329	-	-	-
FIP CRP EMPREENDEDOR ^(c)	14.747.610/0001-68	mai/13	5.421	17.325	-	-	-
FIP BRASIL ÓLEO-GÁS ^(c)	14.713.775/0001-19	jul/12	10.320	688	-	-	-
FICFIP PÁTRIA SPE OP ^(c)	13.328.452/0001-49	nov/12	11.402	-	-	-	-
Plano PrevMais			7.439	5.169	1.659	24,45%	2.781
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	4.381	2.706	1.464	-1,29%	2.446
FICFIP PATR PRIV III	18.563.785/0001-76	dez/13	2.413	401	195	30,83%	335
FIP CRP EMPREENDEDOR ^(c)	14.747.610/0001-68	mai/13	645	2.062	-	-	-
Total da carteira de Fundos de Investimentos em Participações			317.569	508.059	60.290		72.727

(a) Desde 2018, houve a liquidação total do fundo FIP Brasil Petróleo. A eliminação completa do saldo ocorreu devido à constituição de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

(b) Em 2019, conforme contratos com os fundos foram encerradas as participações no FIP Polo R Estate II (fev/2019), e FIP Caixa Barcelona (out/2019).

(c) Em 2023, conforme contratos com os fundos foram encerradas as participações no FIP Brasil Óleo e Gás (fev/2023), FICFIP Pátria Special Opportunities (jul/2023) e FIP CRP Empreendedor (nov/2023).

(d) Em 2024, conforme contrato com o fundo foi encerrada a participação no FICFIP Pátria Real Estate II (dez/2024).

A seguir, apresentamos informações sobre as carteiras e principais variações nas aplicações dos FIPs no exercício de 2025.

FIP Pátria Infraestrutura CNPJ 12.517.924/0001-49 (TIR -9,12%): Em 31/12/2025, o portfólio de investimentos do Fundo era 100% composto por ações da companhia Oceana Offshore (CBO – que atua no segmento de logística e suporte para plataformas de Óleo & Gás), sendo o resultado função de sua reavaliação no período por meio de Laudo. Em relação à Oceana Offshore, o Gestor vem analisando alternativas de desinvestimento para os próximos exercícios.

FIP Brasil Petróleo CNPJ 14.240.738/0001-30 (TIR -97,79%): Em 31/12/2025, o portfólio de investimentos do Fundo era 100% composto por ações da companhia Dock Brasil (estaleiro, apoio ao setor de óleo & gás), sendo que o resultado do fundo se deu em função de sua reavaliação no período, por meio de Laudo de Avaliação. O Gestor vem analisando alternativas de desinvestimento para os próximos exercícios.

FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos CNPJ 14.737.553/0001-36 (TIR 29,11%): Em 31/12/2025, o portfólio de investimentos do Fundo era composto por ações do Porto Itapoá (Terminal Portuário de Containers). O principal vetor para o resultado do Fundo foi a reavaliação da companhia investida (Porto Itapoá), por meio de Laudo de Avaliação com valorização de 25%.

FIP FBIE II – CNPJ 19.837.544/0001-30 (TIR 49,72%): O Fundo encerrou o exercício de 2025 com

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 57% em Vitru (educação); e (ii) 43% em Tempo Participações (serviços para seguradoras). Em 2025, ocorreu o desinvestimento das ações da Rede D'Or em carteira do Fundo, o investimento em Rede D'Or retornou uma TIR de aproximadamente 18% e MOIC de 3,75x.

FIP Neo Capital Mezanino – CNPJ 10.720.618/0001-80 (TIR 24,42%): O Fundo encerrou o exercício de 2025 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 63% em Aterpa (segmento de construção); e (ii) 37% em Marelli (produção e comercialização de móveis corporativos). O resultado do fundo se deu principalmente em função da reprecificação dos ativos referentes à companhia Aterpa e fluxos de recebimentos referentes à companhia Marelli.

FIP Neo Capital III – CNPJ 19.933.445/0001-52 (TIR 10,60%): O Fundo encerrou o exercício de 2025 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 30% em Alloha (fornecedor de serviços de tecnologia e internet); (ii) 56% em Verzani & Sandrini (serviços de gestão predial) e (iii) 14% em Marelli (produção e comercialização de móveis corporativos). O resultado do fundo se deu principalmente em função da reavaliação anual dos seus ativos, por meio de Laudo de Avaliação, destacando-se desvalorização da companhia Alloha em -21%, a valorização da companhia Verzani & Sandrini em 42% e fluxos de recebimentos referentes à companhia Marelli.

FIP FBIE I – CNPJ 11.760.191/0001-06 (TIR 7,25%): O Fundo encerrou o exercício de 2025 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 97% em Ri Happy (varejo para o público infantil); e (ii) 3% em Tok&Stok (varejo de móveis e utensílios). Em 2025, ocorreu o desinvestimento das ações da Rede D'Or em carteira do Fundo, o investimento em Rede D'Or retornou uma TIR de aproximadamente 17% e MOIC (Múltiplo sobre o Capital Investido) de 3,2x.

FIP 2B Capital Brasil - CNPJ 14.596.766/0001-95 (TIR 30,83%): O Fundo encerrou o exercício de 2025 com portfólio de investimentos composto 100% por ações da companhia WDC Networks (distribuidor de tecnologia especializado, posicionado nos segmentos de internet banda-larga, e listado na B3 sob o ticker LVTC3). O resultado do Fundo no acumulado do ano foi impactado pelo desinvestimento na companhia Aramis, cujo MOIC foi de 3,1x, e pelo desinvestimento na companhia Leveros, com MOIC de 3,9x.

FIP Industrial Parks Brasil – 10.214.548/0001-98 (TIR -9,12%): O Fundo possui somente um terreno em carteira, no município de Jundiaí -SP, sendo o resultado função de sua reavaliação no período por meio de Laudo.

FIP Copa Florestal III – CNPJ 17.672.294/0001-09 (TIR 2,23%): O Fundo possui somente um ativo na carteira: (i) TRIM Florestal, cujo objeto consiste em plantios de eucalipto no MS. Em 2025 o principal vetor para o resultado do Fundo foi a reavaliação do ativo.

FIP Investidores Institucionais III – CNPJ 09.064.476/0001-60 (TIR 9,38%): O Fundo concluiu o os ativos da carteira, e atualmente seu patrimônio representa recursos retidos em conta *escrow*, referentes ao desinvestimento da companhia A Geradora.

FICFIP Pátria Real Estate III CNPJ 18.563.785/0001-76 (TIR -25,17%): O Fundo encerrou o exercício de 2025 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 94% investido no ativo Nova Santa Rita (galpão logístico no estado do RS); e (ii) 6% em ações da empresa Alphaville (AVLL3). O principal vetor de resultado ao Fundo foi a reavaliação patrimonial do galpão Nova Santa Rita, por meio de Laudo de Avaliação. A companhia Alphaville Urbanismo S.A., listada na B3, reportou desvalorização de 67% no período. O Galpão Logístico reportou desvalorização de 28% no período.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6.3.3 Fundos de Investimentos Imobiliário

Descrição	2025	2024
Regulamento Geral	14.768	13.926
FII Centro Têxtil	1.100	1.207
FII Água Branca	13.668	12.719
Total dos Fundos de Investimentos Imobiliário	14.768	13.926

FII Centro Têxtil (TIR -8,81%): CNPJ 00.762.723/0001-28 - fundo de investimento imobiliário negociado na B3, sob o ticker CTXT11, que detém 75% do imóvel Centro Têxtil Internacional, localizado no endereço Avenida Eng. Roberto Zuccolo, nº 555, Vila Leopoldina, São Paulo, SP. Ao longo do ano de 2025, o fundo apresentou desvalorização em suas cotas negociadas em bolsa, devido à vacância, sendo que a gestão do veículo tem buscado alternativas para o imóvel.

FII Projeto Água Branca (TIR 16,61%): CNPJ 03.251.720/0001-18 - fundo de investimento imobiliário negociado na B3, sob o ticker FPAB11, que detém os edifícios New York e Los Angeles, localizados no endereço Av. Francisco Matarazzo, 1.500, Barra Funda, São Paulo, SP. O resultado do Fundo no acumulado do ano se justifica por novos contratos de locação que diminuíram a vacância do imóvel, com a ocupação atingindo 89% em dezembro 2025.

6.3.4 (-) Perdas Estimadas - Fundos de Investimentos

Descrição	2025	2024
Regulamento Geral	(5)	(228)
FIP BRASIL PETROLEO - CNPJ 14.240.738/0001-30	(5)	(228)
Total das Perdas Estimadas - Fundo de Investimentos	(5)	(228)

Desde 2018, o Economus registra 100% do FIP Brasil Petróleo para perda.

6.4 Investimentos em Imóveis

Todos os investimentos imobiliários do Economus pertencem ao Plano de benefícios Regulamento Geral e são destinados exclusivamente para renda. Ao final do exercício de 2025, são demonstrados como segue:

Descrição	2024	Acréscimos / Deduções de 2025	2025
Locadas a Patrocinador(es)	45.659	2.583	48.242
Edificações	45.383	2.557	47.940
Rua Domingos de Moraes, nº 896 - São Paulo	19.446	446	19.892
Praça Raul Leme, nº 212 - Bragança Paulista	3.962	248	4.210
Rua Teodoro Sampaio, nº 1600 - São Paulo	13.145	1.530	14.675
Rua Quirino de Andrade, nº 185 - São Paulo	8.830	333	9.163
Valores a Receber	276	26	302
Locadas a Terceiros	99.885	6.262	106.147
Edificações	99.860	5.951	105.811
Rua Bela Cintra, nº 769 - São Paulo	64.815	2.751	67.566
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 31 - São Paulo	4.598	438	5.036
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 41 - São Paulo	4.598	438	5.036
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 42 - São Paulo	4.598	438	5.036
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 141 - São Paulo	4.598	438	5.036
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 142 - São Paulo	4.598	438	5.036
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 151 - São Paulo	4.598	438	5.036
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 152 - São Paulo	4.598	437	5.035
Rua Líbero Badaró nº 293 - Conjunto 15 B - São Paulo	953	45	998
Rua Líbero Badaró nº 293 - Conjunto 17 A - São Paulo	953	45	998
Rua Líbero Badaró nº 293 - Conjunto 17 D - São Paulo	953	45	998
Valores a Receber	25	311	336
Total dos Investimentos em Imóveis	145.544	8.845	154.389



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2025, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 7.601 (R\$ 4.999, em 2024).

O Economus reavaliou seus imóveis com laudo de avaliação em 22/11/2025, sendo ajustado contabilmente em dezembro de 2025. Os laudos de avaliação foram elaborados considerando as práticas e padrões profissionais aplicáveis de acordo com a NBR 14.653, da ABNT – Associação Brasileira e Normas Técnicas e recomendações de associações de classe como IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Binswanger Brazil, CNPJ 02.164.894/0001-80, gerando variação patrimonial positiva de R\$ 8.508 (positiva de R\$ 4.758, em 2024), conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil	Reavaliação	Ajuste da Reavaliação	Vida útil remanescente
Locados ao Patrocinador	45.383	47.940	2.557	
Rua Domingos de Moraes, nº 896 - São Paulo	19.446	19.892	446	35 anos
Praça Raul Leme, nº 212 - Bragança Paulista	3.962	4.210	248	35 anos
Rua Teodoro Sampaio, nº 1600 - São Paulo	13.145	14.675	1.530	35 anos
Rua Quirino de Andrade, nº 185 - São Paulo	8.830	9.163	333	30 anos
Locados a Terceiros	99.860	105.811	5.951	
Rua Bela Cintra, nº 769 - São Paulo	64.815	67.566	2.751	50 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 31 - São Paulo	4.598	5.036	438	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 41 - São Paulo	4.598	5.036	438	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 42 - São Paulo	4.598	5.036	438	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 141 - São Paulo	4.598	5.036	438	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 142 - São Paulo	4.598	5.036	438	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 151 - São Paulo	4.598	5.036	438	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 152 - São Paulo	4.598	5.035	437	40 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 15	953	998	45	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 A	953	998	45	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 D	953	998	45	30 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	145.243	153.751	8.508	

6.5 Operações com Participantes

O Economus possui valores a receber de participantes referentes a empréstimos, os quais são descontados diretamente na folha de pagamento junto ao patrocinador, na folha de benefícios ou via débito em conta corrente. Essas operações de empréstimos contam com garantias específicas, sendo o saldo de conta acumulado pelo participante no plano de benefícios, valor do benefício mensal e pelo Fundo para Garantias das Operações com Participantes.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2025 é a seguinte:

Descrição	2024	Concessões	Amortizações	Juros	2025
Regulamento Complementar nº 1	8.864	6.182	(6.805)	982	9.223
Empréstimos a Participantes	8.864	6.182	(6.814)	982	9.214
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	-	-	9	-	9
Regulamento Complementar nº 2	3.082	2.935	(3.516)	323	2.824
Empréstimos a Participantes	3.082	2.935	(3.516)	323	2.824
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	-	-	-	-	-
Regulamento Geral	98.588	50.346	(57.347)	11.516	103.103
Empréstimos a Participantes	98.756	50.391	(57.242)	11.516	103.421
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(168)	(45)	(105)	-	(318)
PrevMais	194.019	134.714	(138.141)	22.401	212.993
Empréstimos a Participantes	194.353	135.131	(138.261)	22.401	213.624
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(334)	(417)	120	-	(631)
Total de Operações com Participantes	304.553	194.177	(205.809)	35.222	328.143

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, pelo valor principal acrescidos dos encargos contratuais. Os empréstimos são concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral e PrevMais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Planos	Juros modelo atual - 2025	Prazo	Limite do empréstimo
Regulamento Complementar nº 1	Mensal - 0,517% + INPC	3 a 96 meses	Até R\$ 100 mil. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido. Assistido: até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Complementar nº 2	Mensal - 0,517% + INPC	3 a 96 meses	Até R\$ 100 mil. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido. Assistido: até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Geral	Mensal - 0,555% + INPC	3 a 120 meses	Até R\$ 200 mil. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida. Assistido: até 30% do benefício mensal líquido junto ao plano
PrevMais	Mensal - 0,517% + INPC	3 a 120 meses	Até R\$ 200 mil. Ativo com menos de 5 anos: 70% do MFI apenas do participante e 30% da renda mensal líquida Ativo com mais de 5 anos: 70% do MFI apenas do participante + patrocinadora e 30% da renda mensal líquida Assistido Renda Vitalícia: até 30% do benefício mensal líquido junto ao plano Assistido Programada: 70% do saldo de conta remanescente e 30% do benefício mensal líquido junto ao plano

As taxas de juros brutas contemplam a taxa de administração, taxa de contingência e o seguro prestamista.

As carteiras de empréstimos do Economus passaram por alterações no decorrer do exercício de 2025.

Em janeiro de 2025, foi realizada a atualização da taxa de juros do Plano Regulamento Complementar nº 1, em conformidade com o ajuste da taxa mínima atuarial, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Instituto.

Com essa atualização, as taxas do plano foram equalizadas às dos Planos PrevMais e Regulamento Complementar nº 2, conforme demonstrado a seguir:

- Regulamento Complementar nº 1: de 5,89% a.a. para 6,13% a.a.

Adicionalmente, é cobrado e descontado do valor do principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme legislação em vigor.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

6.6 Outros Realizáveis

Descrição	2025	2024
Regulamento Geral	-	4.533
Depósito Judicial em Garantia de Subscrição - Ambev ^(a)	-	4.533
Total de Outros Realizáveis - Investimentos	-	4.533

(a) Trata-se de ação ordinária movida contra a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, relacionada a bônus de subscrição. Em 2025, o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocasião em que ocorreu o levantamento de depósito judicial no montante de R\$ 4.644.

6.7 Perfil de Investimentos – Plano de Benefícios PrevMais

Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos:

Perfil	Qtd. Participantes (*)		Volume dos recursos		Rentabilidade (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Conservador	7.368	7.230	2.341.807	1.968.678	14,67%	10,13%
Moderado	1.144	1.168	433.829	377.556	16,96%	7,53%
Agressivo	477	543	210.936	190.916	19,99%	4,20%
Super Agressivo	280	354	127.930	128.283	23,33%	1,14%
Total	9.269	9.295	3.114.502	2.665.433		

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinador, aguardando concessão de benefício, aguardando opção pelos Institutos, suspensos ou falecidos. No perfil conservador foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do Montante Financeiro Individual (MFI) e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade de participantes informada refere-se ao perfil de investimento da última inscrição dos participantes no plano.

Perfil Conservador: busca realizar 100% de sua alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos, e agrupa uma composição de ativos financeiros com reduzido nível de risco, privilegiando em grande medida a liquidez da carteira e a preservação do valor investido. Essa classe de investimento é destinada aos participantes com baixa tolerância ao risco e é recomendada para aqueles com pouco tempo para requerer a aposentadoria no PrevMais.

Perfil Moderado: busca realizar 85% de alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 15% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno superior ao verificado o Perfil Conservador no longo prazo com maior risco.

Perfil Agressivo: busca realizar 70% de alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 30% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno acima do Perfil Moderado no longo prazo, com maior nível de risco. Destinado aos Participantes que estão dispostos a correr mais riscos em busca de maior retorno no longo prazo.

Perfil Super Agressivo: busca realizar 55% na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 45% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno acima do Perfil Agressivo no longo prazo, com maior nível de risco e volatilidade. Este é o perfil que oferece maior nível de risco devido à maior participação em Renda Variável.

7. Imobilizado e Intangível

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2024	Adições	Baixas	Depreciações e amortizações	2025
Imobilizado	588	347	(194)	(78)	663
Móveis e Utensílios	53	132	(96)	75	164
Máquinas e Equipamentos	522	171	(97)	(138)	458
Celulares e Tablets	13	44	(1)	(15)	41
Intangível	59	-	(1.063)	1.045	41
Software	59	-	(1.063)	1.045	41
Total do Imobilizado e Intangível	647	347	(1.257)	967	704

8. Exigível Operacional

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Gestão Previdencial	2.534	2.281	2.062	1.597	10.619	10.020	1.666	1.572	-	-	16.881	15.470
Benefícios a Pagar	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-
Retenções a Recolher	5	5	1	1	10.558	9.993	1.596	1.501	-	-	12.160	11.500
Outras Exigibilidades ^(a)	2.529	2.276	2.061	1.596	59	27	70	71	-	-	4.719	3.970
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	7.204	7.154	7.204	7.154
Contas a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	6.018	6.005	6.018	6.005
Retenções a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	1.186	1.149	1.186	1.149
Investimento	34	26	17	13	1.157	1.059	896	728	-	-	2.104	1.826
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	21	21	-	-	-	-	21	21
Operações com Participantes	12	8	6	3	120	88	265	182	-	-	403	281
Taxa de Administração a Repassar	18	15	11	10	887	845	569	497	-	-	1.485	1.367
Retenções de Tributos a Recolher	3	2	-	-	38	30	51	42	-	-	92	74
Outras Exigibilidades ^(b)	1	1	-	-	91	75	11	7	-	-	103	83
Total do Exigível Operacional	2.568	2.307	2.079	1.610	11.776	11.079	2.562	2.300	7.204	7.154	26.189	24.450

(a) Referem-se à taxa de administração, às contribuições a repassar entre os planos de benefícios e Depósitos judiciais a repassar ao Banco do Brasil S.A., quitadas em janeiro de 2026.

(b) Refere-se ao valor a pagar da taxa de custódia dos investimentos, juntamente com as despesas relacionadas aos imóveis do Regulamento Geral, quitados em janeiro de 2026.

9. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

As provisões de processos classificados com perda provável, ou seja, aqueles que o Economus entende que será condenado e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Descrição	Provisões		
	2024	Constituição/ (Reversão)	2025
Gestão Previdencial	322.207	5.077	327.284
Regulamento Complementar nº 1	10.262	799	11.061
Regulamento Complementar nº 2	2.002	108	2.110
Regulamento Geral	309.859	4.254	314.113
PrevMais	84	(84)	-
Gestão Administrativa	132.332	2.287	134.619
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	132.332	2.287	134.619
Total do Exigível Contingencial	454.539	7.364	461.903

a) Gestão Previdencial

A Entidade é ré em ações ajuizadas por participantes relacionadas ao período laboral exercido no Patrocinador, mas que refletem nos benefícios previdenciários concedidos pelo Economus,

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

as quais, na sua maioria, os reclamantes discutem pretensos direitos relacionados aos benefícios dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios, inclusive com valores depositados judicialmente. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral.

Nas ações judiciais de reflexos do Regulamento Geral, o Economus defende a impossibilidade da reclamação trabalhista refletir no plano e majorar o benefício sem o prévio custeio e recomposição da reserva matemática, requerendo, em caso de condenação da Entidade, o aporte necessário para fazer frente à diferença de benefício pleiteada, apresentando cálculos que impõem ao Reclamante e ao Patrocinador o aporte dos valores necessários para custear o incremento do benefício pretendido, de forma a mitigar impactos no plano.

Para as ações cíveis do Regulamento Geral que discutem diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, decorrentes de concessão ou revisão do benefício em reclamatória trabalhistas em face do Patrocinador, a provisão é realizada apenas para fazer frente aos honorários de sucumbência, visto que a posição atual da Jurisprudência do STJ – Superior Tribunal de Justiça é que, nestes casos (ações distribuídas até 08/08/2018), a reclamação trabalhista de verbas salariais ajuizada em face do Empregador pode ter repercussão no plano, desde que exista cláusula no regulamento e que ocorra a prévia e integral recomposição da reserva matemática, vedando o recálculo do benefício de suplementação de aposentadoria para aqueles que ingressaram em juízo após a referida data.

O passivo previdencial no exercício reflete a movimentação das reclamações trabalhistas e ações cíveis que tiveram decisões desfavoráveis ao Economus e depósitos judiciais decorrentes de determinações judiciais. Contabilmente, está provisionado, em 2025, o valor de R\$ 327.284 (R\$ 322.207, em 2024).

b) Gestão Administrativa

Ações trabalhistas: ações ajuizadas por ex-funcionários do Economus e empregados de empresas terceirizadas que prestam serviço ao Economus. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, alguns, com valores depositados judicialmente. Contabilmente, está provisionado, em 2025, o valor de R\$ 149 (R\$ 267, em 2024).

Ações tributárias:

i) **PIS e Cofins de 2006:** em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar com o objetivo de não submeter a Entidade ao recolhimento de PIS e COFINS nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998. O processo encontra-se no TRF3 e está suspenso aguardando julgamento de recurso no STF cuja decisão vinculará os tribunais de todo o país. O Economus continua cumprindo a legislação vigente e depositando os valores em juízo. Contabilmente, está provisionado em 2025, o valor de R\$ 25.023 (R\$ 22.618, em 2024).

PIS e Cofins de 1996 a 2000: autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de cálculo de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou em 2002 ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação da União foi provido, reformando a sentença e julgando improcedente o pedido do Economus, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até 11/2022, ocasião em que foi revogado o sobrestamento da ação e os recursos interpostos pelo Economus encaminhados ao STJ.

Com o Acordo Judicial firmado na ação judicial ajuizada pela Anapar, que resultou no aporte de recursos no Fundo FEAS (Demonstração Contábil da Gestão Assistencial), foi readequado o depósito Judicial e o passivo contingencial dessa ação, considerando a base de cálculo original do auto de infração, que tem naturezas previdenciária e assistencial, o Fundo Administrativo Previdencial (PGA) e o Fundo Administrativo Assistencial (FAA) passaram a ser os responsáveis por receber o depósito judicial do PIS e Cofins, caso a ação seja bem-sucedida.

A readequação da responsabilidade referente ao PIS e Cofins, transferiu o depósito judicial e o passivo contingencial do Fundo FEAS (Gestão Assistencial) para o PGA Previdencial (69,31%) e o Administrativo Assistencial (30,69%), recompondo o valor do auto de infração na proporção original. Contabilmente, está provisionado no PGA, em 2025, o valor R\$ 109.447 (R\$ 109.447, em 2024).

9.1 Passivos Contingentes – Possíveis

O Economus, em sintonia com o Pronunciamento CPC 25, considera como passivo contingente os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas em face do Economus cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral, estando assim representadas:

Natureza	Descrição do objeto	Perda Possível	
		2025	2024
Gestão Previdencial		59.935	63.763
Regulamento Complementar nº 2	Processos movidos por beneficiários de ex-participantes requerendo o pagamento de pensão e pecúlio por morte.	466	700
Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	59.401	62.981
PrevMais	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	68	82
Gestão Administrativa		76	69
Plano de Gestão Administrativa	Pedido de compensação de tributos	76	69
Investimentos		151	215
Regulamento Geral	Empréstimo a participantes	62	215
	Imóveis	89	-
Valor total das ações com risco de perda possível		60.162	64.047

Os processos são reavaliados periodicamente para confirmar ou alterar a classificação de perda.

9.2 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais do Economus estão relacionados às provisões e passivos contingentes, visto que são garantidores de potenciais pagamentos de contingências e são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Descrição	Depósitos Judiciais	
	2025	2024
Gestão Previdencial	207.422	195.858
Regulamento Complementar nº 1	11.061	10.262
Regulamento Complementar nº 2	1.743	1.712
Regulamento Geral	194.618	183.799
PrevMais	-	85
Gestão Administrativa	134.359	131.887
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	134.359	131.887
Total de Depósitos Judiciais	341.781	327.745

10. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário responsável pelos planos de benefícios, conforme pareceres atuariais e notas técnicas atuariais. As provisões matemáticas de benefícios a conceder representam o valor presente dos compromissos futuros líquidos assumidos em relação aos participantes ativos, enquanto as provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos compromissos futuros líquidos relativos aos benefícios já concedidos aos assistidos. Já as provisões matemáticas a constituir representam o valor presente das contribuições extraordinárias futuras referentes ao déficit equacionado, ainda não constituídas.

Conforme legislação vigente, a partir de 01/2021 procedeu-se a reclassificação contábil das dívidas a parcela do Patrocinador Banco do Brasil S.A. com instrumento contratual do plano Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017) e posteriormente, após assinatura do contrato de dívida, em junho/2022 o saldo do Patrocinador Economus no Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017), para o Ativo, “Operações Contratadas”.

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões matemáticas totalizam R\$ 11.773.503 (R\$ 11.145.332, em 2024), conforme detalhamento a seguir:

Descrição	31/12/2024	Constituição no exercício	31/12/2025
Benefícios Concedidos	9.287.158	89.435	9.376.593
Contribuição Definida	345.461	15.730	361.191
Saldo de contas dos Assistidos	345.461	15.730	361.191
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	8.941.697	73.705	9.015.402
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	7.544.841	44.643	7.589.484
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.396.856	29.062	1.425.918
Benefícios a Conceder	3.074.367	455.724	3.530.091
Contribuição Definida	2.286.787	466.525	2.753.312
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	1.132.179	230.670	1.362.849
Saldo de contas - Parcela constituída pelos Participantes	1.153.650	236.304	1.389.954
Saldo de contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	958	(449)	509
Benefício Definido Estrutura em Regime de Capitalização	561.054	(11.247)	549.807
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	561.128	(11.285)	549.843
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Patrocinadores	(37)	19	(18)
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Participantes	(37)	19	(18)
Benefício Definido Estrutura em Regime de Capitalização não Programado	226.526	446	226.972
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados	247.462	(1.734)	245.728
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Patrocinadores	(10.468)	1.090	(9.378)
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Participantes	(10.468)	1.090	(9.378)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.216.193)	83.012	(1.133.181)
(-) Patrocinador (es)	(182.429)	12.361	(170.068)
(-) Patrocinador (es) 2005	(182.429)	12.361	(170.068)
(-) Participantes	(48.880)	6.506	(42.374)
(-) Participantes 2005	(11.530)	1.085	(10.445)
(-) Participantes 2015	(3.181)	858	(2.323)
(-) Participantes 2017	(34.169)	4.563	(29.606)
(-) Assistidos	(984.884)	64.145	(920.739)
(-) Assistidos 2005	(170.900)	11.277	(159.623)
(-) Assistidos 2015	(83.211)	16.818	(66.393)
(-) Assistidos 2017	(730.773)	36.050	(694.723)
Total das Provisões Matemáticas	11.145.332	628.171	11.773.503

10.1 Duração do Passivo

A duração do passivo (duration do plano) corresponde ao prazo médio de pagamento dos benefícios do plano ponderado pelo montante de benefícios pago a cada ano, considerando estes benefícios reduzidos pelas contribuições normais e extraordinárias pagas pelas patrocinadoras, participantes e assistidos.

10.2 Taxa de Juros Parâmetro

A Previc divulga anualmente a Taxa de Juros Parâmetro que as EFPC deverão utilizar nas avaliações atuariais, dependendo da situação de cada plano de benefícios. Por meio da Portaria Previc nº 343/2025, foi divulgada a Taxa de Juros Parâmetro para o encerramento do exercício de 2025. Esta taxa visa indicar qual a taxa de juros média que melhor fica alinhada com a duração do passivo dos planos de benefícios, observando o cenário econômico brasileiro. A portaria divulga também os limites inferiores e superiores a serem adotados para a definição da taxa de juros, conforme demonstrativo abaixo:

Portaria Previc nº 343 / 2025					
Plano	Duração do Passivo base para a Taxa Parâmetro	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial de 2024)
Regulamento Complementar nº 1	11,1279	3,76%	5,37%	5,77%	4,00%
Regulamento Complementar nº 2	5,8297	3,58%	5,12%	5,52%	4,00%
Regulamento Geral	10,5978	3,74%	5,35%	5,75%	4,75%
Plano PrevMais	11,6072	3,77%	5,38%	5,78%	4,00%

10.3 Premissas e Hipóteses Atuariais

As principais fundamentações para a revisão das premissas, bem como os respectivos impactos observados, são:

Premissa	Motivações da Mudança	Efeitos
Taxa de Juros	Estabelecida em função dos Estudos Técnicos de Convergência das Taxas Real Anual de Juros, dentre outras premissas, o cálculo de volatilidade dos ativos, projeções de rentabilidade dos ativos, fluxo do passivo, etc.	A redução da taxa de juros eleva o valor de todas as provisões matemáticas.
Fator de determinação (Valor Real dos Benefícios)	Decorre da expectativa de mercado para a inflação.	A elevação do fator de determinação/capacidade gera o aumento das provisões matemáticas.
Crescimento Real de Salário	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 30/2018.	A majoração desta premissa incrementa o valor da provisão matemática a Conceder nos planos de benefício definido.
Tábuas Biométricas	Considerando as mudanças ocorridas na movimentação das massas e a dinâmica populacional, com o objetivo de refletir adequadamente as características biométricas dos participantes e assistidos do plano.	Para os eventos de mortalidade de válidos e inválidos, quando maior a longevidade, maior o incremento das provisões matemáticas para os benefícios pagos sob forma vitalícia. Para o evento de entrada em invalidez, o aumento de sua probabilidade eleva a provisão matemática de Benefícios a Conceder referente ao benefício de invalidez.
Rotatividade	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 30/2018.	o aumento da rotatividade reduz o valor das provisões matemáticas de Benefícios a Conceder.
Composição Familiar	Atualização em função do conjunto de beneficiários considerando no estudo técnico e utilizado na apuração do compromisso decorrente de morte (Pensão).	Com base na composição familiar são apuradas as anuidades para o cálculo dos compromissos decorrentes de morte. Assim, o aumento dessa anuidade provoca a majoração dos compromissos dos beneficiários de pensão a conceder.

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2025 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo e acompanhado de parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme abaixo:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano Regulamento Complementar nº 1		
Premissas e Hipóteses	2025	2024
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	AT2000 Básica por sexo	AT2000 Básica por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar	Família Real	Família Real

Plano Regulamento Complementar nº 2		
Premissas e Hipóteses	2025	2024
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	CPM2014 Masculina	CPM2014 Masculina
Composição Familiar	Família Real	Família Real

Plano Regulamento Geral		
Premissas e Hipóteses	2025	2024
Taxa Real Anual de Juros	4,75%	4,75%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	RP2000 por sexo D30%	RP2000 por sexo D30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Entrada em Invalidez	Exp. EI Reg. Geral 2015-2024	Exp. EI Reg. Geral 2014-2023
Tábua de Rotatividade	Exp. Rot. RegulGeral 2015-2024	Exp. Rot. RegulGeral 2014-2023
Tábua de Morbidez	Exp. Auxílio-Doença RegGeral 2016-2024	Exp. Auxílio-Doença RegGeral 2016-2023
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

Plano PrevMais		
Premissas e Hipóteses	2025	2024
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC e Cota Patrimonial	INPC e Cota Patrimonial
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,9800	0,9800
Crescimento Real de Salário	1,00%	1,00%
Tábua de Mortalidade	RP 2000 D10% por sexo	AT-2000 Suav em 10% F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Entrada em Invalidez	Exp. EI Pmais 2015-2024	Exp. EI Pmais 2014-2023
Tábua de Rotatividade	Exp. Rot. PrevMais 2015-2024	Exp. Rot. PrevMais 2014-2023
Tábua de Morbidez	Exp. Aux. Doença PREVMAIS 2016-2024	Exp. Aux. Doença PREVMAIS 2016-2023
Composição Familiar	Benef. concedidos – família real	Benef. concedidos – família real
	Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 10,1 anos (formulação única)	Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 10,1 anos (formulação única)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10.4 Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Benefícios concedidos	13.570	13.763	2.047	2.013	8.535.786	8.447.884	825.190	823.874	9.376.593	9.287.158
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	361.190	345.461	361.190	345.461
Benefício Definido	13.570	13.387	2.047	2.013	8.535.786	8.447.884	464.000	478.413	9.015.403	8.941.697
Benefícios a conceder	82.713	81.178	45.379	48.233	558.545	569.940	2.843.454	2.375.016	3.530.091	3.074.367
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	2.753.312	2.286.787	2.753.312	2.286.787
Benefício Definido	82.713	81.178	45.379	48.233	558.545	569.940	90.142	88.229	776.779	787.580
(-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-	-	(1.133.181)	(1.216.193)	-	-	(1.133.181)	(1.216.193)
(-) Patrocinador (es)	-	-	-	-	(170.068)	(182.429)	-	-	(170.068)	(182.429)
(-) Patrocinador (es) 2005	-	-	-	-	(170.068)	(182.429)	-	-	(170.068)	(182.429)
(-) Participantes	-	-	-	-	(42.374)	(48.880)	-	-	(42.374)	(48.880)
(-) Participantes 2005	-	-	-	-	(10.445)	(11.530)	-	-	(10.445)	(11.530)
(-) Participantes 2015	-	-	-	-	(2.324)	(3.181)	-	-	(2.324)	(3.181)
(-) Participantes 2017	-	-	-	-	(29.605)	(34.169)	-	-	(29.605)	(34.169)
(-) Assistidos	-	-	-	-	(920.739)	(984.884)	-	-	(920.739)	(984.884)
(-) Assistidos 2005	-	-	-	-	(159.623)	(170.900)	-	-	(159.623)	(170.900)
(-) Assistidos 2015	-	-	-	-	(66.393)	(83.211)	-	-	(66.393)	(83.211)
(-) Assistidos 2017	-	-	-	-	(694.723)	(730.773)	-	-	(694.723)	(730.773)
Total das Provisões Matemáticas	96.283	94.565	47.426	50.246	7.961.150	7.801.631	3.668.644	3.198.890	11.773.503	11.145.332

10.4.1 Provisões Matemáticas a Constituir

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 1.133.181 (R\$ 1.216.193, em 2024), referentes ao valor presente das contribuições extraordinárias futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos.

Regulamento Geral

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à atualização da provisão e entrada de contribuições para cobertura do déficit equacionado em 2005, 2015 e 2017, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Déficit Equacionado 2005		
	2025	2024
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual (Passivo)	340.136	364.859
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante	83 meses	95 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado de 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Déficit Equacionado 2015		
	2025	2024
Valor contratado	285.605	285.605
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	68.717	86.392
Saldo devedor atual (Passivo)	68.717	86.392
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	198 meses	198 meses
Prazo de amortização restante	37 meses	49 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao déficit equacionado de 2015, é o Método Price.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Déficit Equacionado 2017		
	2025	2024
Valor contratado	1.533.970	1.533.970
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	724.328	764.942
Saldo devedor atual (Passivo)	724.328	764.942
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	206 meses	206 meses
Prazo de amortização restante	104 meses	116 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao déficit equacionado de 2017, é o Método Price.

11. Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, que trata sobre os procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano, passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios (*duration*) na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamento de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

11.1 Regulamento Complementar nº 1

O equilíbrio técnico acumulado do plano apresenta superávit técnico acumulado em 2025 de R\$ 6.162 (Superávit Técnico de R\$ 1.625, em 2024).

Equilíbrio Técnico	2025	2024
Reserva de Contingência	6.162	1.625
Total do Superávit Técnico Acumulado	6.162	1.625

A natureza do resultado mantido pelo plano é estrutural e conjuntural, sendo importante destacar que mais de 85% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Evolução - Regulamento Complementar nº 1	2025	2024
Equilíbrio Técnico do Exercício Anterior	1.625	4.950
(+) Resultado Líquido Previdências	(777)	(1.707)
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurais	55	44
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(3.221)	(3.115)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	10.194	9.054
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(1.718)	(7.188)
(+) Reversão/(Consituição) de Contingência - Gestão Previdencial	4	(413)
Equilíbrio Técnico de 2025	6.162	1.625
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	6.162	1.625

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2025, foi de 10,72% contra uma meta atuarial nominal de 8,05% (INPC acumulado em 2025, de 3,90%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 6,57% contra uma meta atuarial real de 4,00% ao ano estabelecida para 2025, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho financeiro do Plano de 2,47%.

A **Variação das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento dos compromissos atuariais de 1,82%, quando comparado com o exercício de 2024. Essa variação foi inferior à inflação ocorrida no ano (INPC de 3,90%), o que representa a variação nominal esperada do passivo atuarial do Plano (i.e. o envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do Plano de Benefícios). Com relação às variações cadastrais, foi identificado um ganho atuarial ocasionado pelo desligamento de participantes ativos que não possuíam dependentes no Plano.

Outros fatores que influenciaram na variação das provisões matemáticas foram o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinada ao pagamento de pecúlio por morte.

O ajuste de precificação foi R\$ 6.076 (R\$ 5.907, em 2024), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	3.074	15/08/1930	4,79%	15.095	15.560	465
NTN-B	232	15/08/1932	7,47%	1.010	1.207	197
NTN-B	2.430	15/08/1940	4,89%	12.651	13.801	1.150
NTN-B	4.253	15/05/1945	4,96%	22.093	24.806	2.713
NTN-B	1.367	15/08/1950	5,54%	6.787	8.338	1.551
Total do Ajuste de Precificação				57.636	63.712	6.076

A Duração do Passivo do Plano apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 10,6513 anos.

Tendo o Regulamento Complementar nº 1 apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2025	2024
a) Equilíbrio Técnico	6.162	1.625
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	6.162	1.625

11.2 Regulamento Complementar nº 2

Em 2025, o plano apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 21.867 (R\$ 14.020, em 2024). Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 15,6379% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 7.416 (R\$ 7.954 em 2024), o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência e o superávit excedente, de R\$ 14.451 (R\$ 6.066 em 2024), em Reserva Especial. Por se tratar do terceiro encerramento de exercício com formação de Reserva Especial, há obrigatoriedade de realizar a revisão do Plano de Benefícios durante o exercício de 2026, com vista à destinação e posterior utilização dos recursos alocados nessa reserva.

Equilíbrio Técnico	2025	2024
Reserva de Contingência	7.416	7.954
Reserva Especial para Revisão de plano	14.451	6.066
Total do Superávit Técnico Acumulado	21.867	14.020

A natureza do resultado mantido pelo plano é estrutural e conjuntural, sendo importante destacar que mais de 95% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

Evolução - Regulamento Complementar nº 2	2025	2024
Equilíbrio Técnico do Exercício Anterior	14.020	11.625
(+) Resultado Líquido Previdências	720	(557)
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurais	46	74
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(2.708)	(2.790)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	7.341	6.213
(+) Variação das Provisões Matemáticas	2.820	(20)
(+) Reversão/(Consistência) de Contingência - Gestão Previdencial	(372)	(525)
Equilíbrio Técnico de 2025	21.867	14.020
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	21.867	14.020

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal do plano, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2025, foi de 11,41% contra uma meta atuarial nominal de 8,05% (INPC acumulado em 2025, de 3,90%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 7,23% contra uma meta atuarial de 4,00% ao ano estabelecida para 2025, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho financeiro do Plano de 3,11%.

A **Variação Provisões Matemáticas** apresentou um decremento dos compromissos atuariais de 5,61%, comparado ao exercício de 2024. A variação negativa em comparação aos resultados do ano passado, é explicada pela variação cadastral, e foi identificado um ganho atuarial ocasionado pelo desligamento de participantes ativos que não possuíam dependentes no Plano.

Além disso, outro fator que influenciou na variação das provisões matemáticas foi o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do Plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte.

O ajuste de precificação foi R\$ 1.477 (R\$ 1.499, em 2024).

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	710	15/08/2026	6,43%	3.315	3.361	46
NTN-B	82	15/08/2028	5,88%	385	402	17
NTN-B	5.187	15/08/2030	4,92%	25.337	26.255	918
NTN-B	262	15/08/2032	6,82%	2.221	2.571	350
NTN-B	88	15/08/2050	6,48%	391	537	146
Total do Ajuste de Precificação				31.649	33.126	1.477

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 5,6379 anos.

Tendo o Regulamento Complementar nº 2 apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2025	2024
a) Equilíbrio Técnico	21.867	14.020
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	21.867	14.020

11.3 Regulamento Geral

O Plano do Regulamento Geral apresentou no encerramento do exercício de 2025 um déficit técnico acumulado de R\$ 436.612 (em 2024, R\$ 487.579).

Equilíbrio Técnico	2025	2024
Déficit Técnico Acumulado	(436.612)	(487.579)
Total do Déficit Técnico Acumulado	(436.612)	(487.579)

A natureza do resultado obtido pelo Plano é de causas estruturais e conjunturais. Houve ganho financeiro em consequência da superação da meta atuarial estabelecida para o exercício de 2025, variações cadastrais ocorridas entre os exercícios 2024 e 2025, reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais, envelhecimento da massa de participantes e assistidos, e um sutil reflexo oriundo das alterações de premissas que se constituíram basicamente de atualizações das hipóteses adotadas pelo Plano.

Evolução - Regulamento Geral	2025	2024
Equilíbrio Técnico do Exercício Anterior	(487.579)	(503.724)
(+) Resultado Líquido Previdências	(409.885)	(369.329)
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Rekursais	733	819
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(10.174)	(9.816)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	664.321	664.570
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(159.519)	(232.713)
(+) Reversão/(Consituição) de Contingência - Gestão Previdencial	(34.509)	(37.386)
Equilíbrio Técnico de 2025	(436.612)	(487.579)
Ajuste de Precificação	448.589	451.409
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	11.977	(36.170)

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal, ao longo de 2025, foi de 10,41% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,83% (INPC acumulado em 2025, de 3,90%, acrescido da taxa real de juros de 4,75%), o que,

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

em termos reais, representou obter 6,27% contra uma meta atuarial de 4,75% ao ano estabelecida para 2025, resultando em um ganho financeiro do Plano de 1,45% no exercício de 2025.

A **Variação das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento no compromisso atuarial de 2,04%, comparado ao exercício de 2024, considerando o passivo atuarial, esse incremento foi 0,85%. No encerramento do exercício houve a alteração de premissas, conforme abaixo, mas que de forma geral foram apenas “atualizações” das premissas adotadas pelo plano:

- Alteração da Tábua de Entrada em Invalidez (de Exp. El Reg. Geral 2014-2023 para Exp. El Reg. Geral 2015-2024): perda atuarial na ordem de R\$ 54 mil;
- Alteração da Tábua de Morbidez (de Exp. Aux. Doença RegGeral 2016-2023 para Exp. Aux. Doença RegGeral 2016-2024): ganho atuarial de R\$ 176,70;
- Tábua de Rotatividade (de Exp. Rot. RegGeral 2014-2023 para Exp. Rot. RegGeral 2015-2024): ganho atuarial na ordem de R\$ 146 mil.

Considerando os eventos mencionados acima, bem como das movimentações cadastrais ocorridas entre os exercícios de 2024 e 2025 e do reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais, as provisões matemáticas apresentaram variação conforme esperado para planos de benefícios com estrutura técnica semelhante, quais sejam: o envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do Plano de Benefícios.

O ajuste de precificação foi R\$ 448.589 (R\$ 451.409, em 2024), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	19.680	15/08/2026	6,48%	91.871	92.784	913
NTN-B	15.000	15/08/2030	7,08%	67.561	73.768	6.207
NTN-C	71.000	01/01/2031	10,12%	517.790	626.206	108.416
NTN-B	1.200	15/08/2032	7,69%	5.168	6.004	836
NTN-B	175.272	15/05/2035	5,94%	813.698	884.152	70.454
NTN-B	101.024	15/08/2040	6,09%	470.266	533.461	63.195
NTN-B	366.898	15/05/2045	4,92%	1.909.964	1.958.132	48.168
NTN-B	193.912	15/08/2050	5,91%	918.382	1.068.782	150.400
Total do Ajuste de Precificação				4.794.700	5.243.289	448.589

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 10,3144 anos.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano de R\$ 448.589, o plano apresentou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 11.977.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2025	2024
a) Equilíbrio Técnico	(436.612)	(487.579)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	448.589	451.409
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	11.977	(36.170)

Segundo a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 10,3144 anos (em 2024, 10,5978 anos), o limite de Déficit Técnico Acumulado para Avaliação Atuarial de 2025 é de R\$ 502.699 (6,3144% das Provisões Matemáticas). Diante do exposto, não há necessidade de tratamento deste resultado técnico apurado, uma vez que o plano se encontra dentro dos limites estabelecidos pela legislação de solvência vigente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Cálculo do Limite	2025	2024
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	7.524.538	7.314.052
Reservas Matemáticas (B)	7.961.150	7.801.631
Resultado Acumulado (C) = (A) - (B)	(436.612)	(487.579)
Ajuste de Precificação (IN Previc 10/2018) (D)	448.589	451.409
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (E) = (C) + (D)	11.977	(36.170)
Limite de Déficit Técnico Acumulado (F) = (duration - 4)% de (B)	502.699	514.736
Déficit Técnico a ser Equacionado (G) = Máx (1% de (B)); valor de (E) que Ultrapassar (F)	-	-

11.4 Plano PrevMais

Em 2025, o Plano PrevMais apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 172.021 (R\$ 114.654, em 2024), que representa 31,04% das suas respectivas Provisões Matemáticas – Parcela de Benefício Definido. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 20,9390% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 116.032 (R\$ 114.654, em 2024), o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência, e o superávit excedente, de R\$ 55.989, em Reserva Especial para Revisão de Plano. Por se tratar do primeiro encerramento de exercício em que o PrevMais apresenta formação de Reserva Especial, não há obrigatoriedade de revisão do Plano de Benefícios durante o exercício de 2026.

Equilíbrio Técnico	2025	2024
Reserva de Contingência	116.032	114.654
Reserva Especial para Revisão de plano	55.989	-
Total do Superávit Técnico Acumulado	172.021	114.654

A natureza do resultado obtido pelo Plano é de causas estruturais e conjunturais. Pode-se destacar os ganhos financeiros auferidos pelo Plano de benefícios e que superaram a meta atuarial estabelecida para o exercício de 2025, as variações cadastrais ocorridas entre os exercícios, bem como as alterações de hipóteses atuariais ocorridas no encerramento deste exercício.

Evolução - PrevMais	2025	2024
Equilíbrio Técnico do Exercício Anterior	114.654	127.657
(+) Resultado Líquido Previdenciais	54.819	53.317
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurais	6	-
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(10.767)	(10.153)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	488.483	243.620
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(469.754)	(296.388)
(+) Variação do Fundo Previdencial	(5.507)	(3.260)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	87	(139)
Equilíbrio Técnico de 2025	172.021	114.654
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	172.021	114.654

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante a rentabilidade nominal auferida pelo plano para a cobertura dos Benefícios de Risco (parcela BD do plano), ao longo de 2025, foi de 11,07% contra uma meta atuarial nominal de 8,05% (INPC acumulado em 2025, de 3,90%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 6,91% contra uma meta atuarial de 4,00% ao ano estabelecida para 2025, resultando em um ganho financeiro do Plano de 2,80%.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A **Variação das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento nos compromissos atuariais de 14,68%, explicado pela quantidade majoritária de participantes ativos em fase de acumulação de recursos, pelas variações cadastrais ocorridas entre os exercícios, bem como a concessão de benefício de invalidez e pensões vitalícias oriundas de participantes ativos.

Além disso, para o encerramento deste exercício houve a alteração das premissas atuariais, conforme abaixo:

- Alteração da Tábua de Mortalidade Geral (da Tábua AT-2000 feminina suavidade 10% para Tábua RP-2000 desagravada em 10% e segregada por sexo): ganho atuarial na ordem de R\$ 23,552 milhões.
- Alteração da Tábua de Morbidez (da Tábua Exp. Aux. Doença PrevMais 2016-2023 para Tábua Exp. Aux. Doença PrevMais 2016-2024): ganho atuarial na ordem de R\$ 1,823 milhões.
- Alteração da Rotatividade (da Exp. Rot. PrevMais 2014-2023 para Exp. Rot. PrevMais 2015-2024): perda atuarial na ordem de R\$ 35,1 mil.
- Alteração da Tábua de Entrada em Invalidez (da Exp. EI PMais 2014-2023 para Exp. EI PMais 2015-2024): ganho atuarial na ordem de R\$ 4,429 milhões.

O ajuste de precificação foi R\$ 91.712 (R\$ 84.222 em 2024), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	6.100	15/08/2026	6,38%	28.491	28.884	393
NTN-B	2.500	15/08/2030	6,49%	11.514	12.654	1.140
NTN-B	3.056	15/08/2032	7,56%	13.249	15.903	2.654
NTN-B	16.773	15/05/2035	6,35%	75.770	89.204	13.434
NTN-B	14.515	15/08/2040	5,88%	68.887	82.432	13.545
NTN-B	28.467	15/05/2045	6,22%	128.646	166.036	37.390
NTN-B	13.680	15/08/2050	6,53%	60.287	83.443	23.156
Total do Ajuste de Precificação				386.844	478.556	91.712

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 10,9390 anos.

Tendo o PrevMais apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2025	2024
a) Equilíbrio Técnico	172.021	114.654
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	172.021	114.654

12. Fundos

A seguir os saldos dos Fundos Previdencial, Administrativo e para Garantia das Operações com Participantes:

Evolução dos Fundos	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Fundo para Garantia das Operações com Participantes	Consolidado
Saldo em 2024	16.809	49.361	16.271	82.441
Formação/(Reversão) de Fundos	5.507	13.192	(8.399)	10.300
Saldo em 2025	22.316	62.553	7.872	92.741

12.1 Gestão Previdencial

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos pelo Fundo de Reversão do Plano PrevMais, constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes por ocasião da perda do vínculo empregatício e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo do Economus, conforme consta no regulamento do Plano.

Descrição	2024	Constituições	Reversões	2025
Fundos Previdenciais - PrevMais	16.809	5.507	-	22.316
Patrocinador Banco do Brasil	16.527	5.460	-	21.987
Patrocinador Economus	282	47	-	329

12.2 Gestão Administrativa

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2024	Constituições	Reversões	2025
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 1	2.625	1.348	-	3.973
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 2	2.871	725	-	3.596
Fundo administrativo do Regulamento Geral	27.302	6.526	-	33.828
Fundo administrativo PrevMais	16.563	4.593	-	21.156
Total do Fundo Administrativo	49.361	13.192	-	62.553

12.3 Investimentos

Os Fundos para Garantias das Operações com Participantes (fundo de contingências de empréstimos) são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de empréstimos, estabelecidos de acordo com os regulamentos vigentes.

Em setembro de 2025, foram apurados os saldos dos Fundos, que mostraram-se substancialmente superiores à necessidade efetiva de cobertura, considerando o histórico de utilização dos últimos quatro anos. Observados os princípios da razoabilidade e da adequada alocação patrimonial, o Comitê de Investimentos deliberou pela reversão parcial dos saldos dos fundos para o patrimônio dos respectivos Planos, mantendo-se margem de segurança para suportar eventuais necessidades relacionadas à inadimplência

Descrição	2024	Constituições	Reversões	2025
Fundo do Regulamento Complementar nº 1	281	48	-	329
Fundo do Regulamento Complementar nº 2	157	25	-	182
Fundo do Regulamento Geral	10.057	-	(5.279)	4.778
Fundo do PrevMais	5.776	-	(3.193)	2.583
Total do Fundo para Garantia das Operações com Participantes	16.271	73	(8.472)	7.872

O Fundo destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes.

13. Resultado Administrativo

Os registros das operações administrativas do Economus são efetuados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

13.1 Receitas Administrativas e Resultado Positivo Líquido dos Investimentos

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Gestão Previdencial	26.870	25.873
Contribuições dos Patrocinador (es)	12.965	12.453
Contribuições dos Participantes	13.793	13.287
Contribuições dos Autopatrocinados	24	28
Contribuições dos Participantes em BPD	88	105
Investimentos	17.382	16.130
Custeio Administrativo	15.370	14.352
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2.012	1.778
Gestão Assistencial	27.730	27.395
Reembolso do Plano Assistencial	27.730	27.395
Diretas	9	1
Ganho na Venda de Ativo Imobilizado	9	1
Atualização de Depósito Judicial/Rekursais	1	13
Atualização de Depósito Judicial/Rekursais	1	13
Resultado Positivo dos Investimentos	6.944	9.710
Resultado Positivo dos Investimentos	6.944	9.710
Outras Receitas	445	2.148
Reembolso de Custas Judiciais - Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	444	2.145
Recuperação de Despesas (Exercícios Anteriores)	1	3
Total das Receitas Administrativas	79.381	81.270

13.2 Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, planos assistenciais e das carteiras de investimentos, conforme segue:

Descrição	2025	2024
Administração Previdencial e Assistencial	63.891	63.349
Pessoal e Encargos	39.234	38.395
Treinamentos, Congressos e Seminários	481	484
Viagens e Estádias	66	84
Serviços de Terceiros	19.467	19.544
Despesas Gerais	3.412	3.594
Depreciação e Amortização	290	309
Tributos	941	939
Total das Despesas Administrativas	63.891	63.349

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis no ato da ocorrência do fato contábil.

As despesas originadas nas demais áreas (Administração, Atendimento, Comunicação, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Pessoas, Tecnologia etc.) são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

O critério de rateio das despesas administrativas atende a legislação vigente e às boas práticas de governança. Leva em conta a diversidade de tarefas na administração dos planos previdenciais e assistenciais, uma vez que pondera número de participantes nos planos, situação de cada um deles, os respectivos processos de trabalho, quantidade de guias de atendimento assistenciais com os respectivos pesos operacionais (complexidade), além do tamanho e composição do patrimônio investido.

Os critérios para a segregação contábil das despesas administrativas do Economus tiveram a seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

Distribuição das Despesas Administrativas												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	37,24%	41,34%	41,40%	41,03%	39,31%	41,67%	41,89%	42,05%	39,36%	40,66%	42,07%	39,46%
Investimento	21,40%	13,70%	15,26%	14,43%	18,90%	15,60%	14,45%	14,10%	19,44%	13,89%	14,07%	15,87%
Assistência	41,36%	44,96%	43,34%	44,54%	41,79%	42,73%	43,66%	43,85%	41,20%	45,45%	43,86%	44,67%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde, conforme segue:

Descrição	2025	2024
Administração Previdencial e dos Investimentos	36.161	35.954
Pessoal e Encargos	23.566	22.684
Treinamentos, Congressos e Seminários	330	348
Viagens e Estadias	42	55
Serviços de Terceiros	9.152	9.742
Despesas Gerais	1.957	1.988
Depreciação e Amortização	200	222
Tributos	914	915
Administração Assistencial (100% reembolsado pelo Assistencial)	27.730	27.395
Pessoal e Encargos	15.668	15.711
Treinamentos, Congressos e Seminários	151	137
Viagens e Estadias	24	29
Serviços de Terceiros	10.315	9.801
Despesas Gerais	1.455	1.606
Depreciação e Amortização	90	87
Tributos	27	24
Total das Despesas Administrativas	63.891	63.349

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13.3 Constituição do Fundo Administrativo

O fundo administrativo resulta da diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido das provisões e reversões contingenciais e do resultado dos investimentos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2025	2024
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	26.870	25.873
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	15.370	14.352
(+) Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2.012	1.778
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Rekursais	1	13
(+) Receitas Diretas	9	1
(+) Outras Receitas	445	2.148
(-) Despesas da Administração Previdencial	(36.161)	(35.954)
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	27.730	27.395
(-) Despesas da Administração Assistencial	(27.730)	(27.395)
(=) Sobras do Custeio Administrativo	8.546	8.211
(+/-) Contingências Administrativas	(2.298)	(110.538)
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	6.944	9.710
(=) Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	13.192	(92.617)

14. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Instrução Previc nº 23/2023 e alterações posteriores. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores do fundo administrativo nos planos previdenciais.

O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025 e 2024, anulou as seguintes operações:

Descrição	2025	2024
ATIVO	62.553	49.361
Realizável	62.553	49.361
Gestão Administrativa	62.553	49.361
PASSIVO	(62.553)	(49.361)
Fundos	(62.553)	(49.361)
Fundos Administrativos	(62.553)	(49.361)

15. Resultado dos Investimentos

15.1 Resultado Bruto por Tipo de Emissor

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas, conforme abaixo:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Por Tipo de Emissor de 2025	10.446	9.300	7.487	6.354	669.510	675.367	491.878	250.294	6.944	9.710	1.186.265	951.025
Notas do Tesouro Nacional	6.618	6.580	4.441	4.332	575.491	647.967	109.588	51.105	-	-	696.138	709.984
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	1.098	1.050	1.098	1.050
Ativos Financeiros de Crédito Privado	696	(57)	420	(98)	13.539	2.979	19.790	(1.077)	-	-	34.445	1.747
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	2.268	1.852	2.346	1.785	16.503	21.257	290.687	199.099	5.937	8.753	317.741	232.746
Fundos de Invest. (Ações)	-	-	-	-	25.186	(12.792)	51.485	(16.129)	-	-	76.671	(28.921)
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	12.232	(3.430)	667	(79)	-	-	12.899	(3.509)
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	1.924	(520)	-	-	-	-	1.924	(520)
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	14.990	8.345	-	-	-	-	14.990	8.345
Operações com Participantes	876	937	290	343	10.473	10.008	19.868	17.491	-	-	31.507	28.779
Atualização de Depósito Judicial	-	-	-	-	-	647	-	-	-	-	-	647
Relacionados com o Disponível	(1)	(2)	(2)	(2)	(131)	(127)	(12)	(12)	(90)	(91)	(236)	(234)
Precatórios	-	-	-	-	-	1.513	-	-	-	-	-	1.513
Outros Realizáveis	(11)	(10)	(8)	(6)	(697)	(480)	(195)	(104)	(1)	(2)	(912)	(602)
Dos Planos	(252)	(246)	(146)	(141)	(5.189)	(10.797)	(3.395)	(6.674)	-	-	(8.982)	(17.858)
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	-	29	-	-	-	-	-	29
Despesas Adm. de Investimentos	(204)	(194)	(121)	(117)	(10.469)	(9.998)	(6.588)	(5.822)	-	-	(17.382)	(16.131)
Fundos para Garantia das Operações	(48)	(52)	(25)	(24)	5.280	(828)	3.193	(852)	-	-	8.400	(1.756)
Resultado Positivo dos Investimentos	10.194	9.054	7.341	6.213	664.321	664.570	488.483	243.620	6.944	9.710	1.177.283	933.167

15.2 Resultado do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2025 está demonstrado a seguir:

Descrição	2025	2024
Resultado da Gestão Previdencial	1.170.339	923.457
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 1	10.194	9.054
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 2	7.341	6.213
Fluxo dos Investimentos do Regulamento Geral	664.321	664.570
Fundo dos Investimentos PrevMais	488.483	243.620
Resultado da Gestão Administrativa	6.944	9.710
Fluxo dos Investimentos do PGA	6.944	9.710

16. Transações Entre Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os patrocinadores e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

As transações com o patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2025	2024
Ativo	9.219	6.528
Disponível	76	54
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	8.919	6.259
Investimentos Imobiliários	224	215
Resultado	2.718	2.603
Resultado dos Investimentos Imobiliários	2.718	2.603

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios e encargos de curto prazo no

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

exercício de 2025 somaram R\$ 3.037 (R\$ 3.278, em 2024) e R\$ 362 (R\$ 345, em 2024), respectivamente.

Transações com Pessoas Jurídicas

O quadro abaixo evidencia os contratos de prestação de serviço vigentes no Economus junto ao Patrocinador:

Transações com Pessoas Jurídicas			
Empresa	Natureza	Valores (Em Reais)	Vigência
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL CNPJ: 28.196.889/0001-43	SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA EMPREGADOS DO ECONOMUS	Variável, calculado com base na quantidade de empregados/mês. Taxa de 0,0116% a.m.	30/08/2025 a 30/08/2026
BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/ CNPJ: 31.591.399/0001-56	CARTÃO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO PARA OS EMPREGADOS DO ECONOMUS	Não há cobrança de taxa.	Indeterminado
ALELO S.A. CPNJ: 04.740.876/0001-25	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO PRÉ-PAGO - ALELO	Variável, calculado com base no valor da fatura mensal do cartão. Taxa de 2,25% a.m. Valor estimado de R\$ 2.065,56/ano	Indeterminado
BRASIL DENTAL OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A. CNPJ: 19.962.272/0001-09	CONTRATO DE OPERAÇÃO DE PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PLANO ODONTOLÓGICO COLETIVOS EMPRESARIAL	Variável de acordo com o número de funcionários, R\$16,05/titular	01/01/2026 a 01/01/2029
BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ: 00.000.000/0001-91	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS - CUSTÓDIA	Variável, sendo a tarifa de 0,01% a.a. sobre o patrimônio custodiado. R\$ 25 mil é o valor mínimo mensal.	09/10/2025 a 09/10/2030
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL CNPJ: 28.196.889/0001-43	SEGURO DO IMÓVEL DO ECONOMUS	Valor total do Seguro R\$ 2.332,67	26/05/2025 a 26/05/2026

17. Gestão Assistencial

O Economus apresenta separadamente o conjunto completo de demonstrações contábeis dos planos de assistência à saúde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela ANS.

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo e do passivo do Segmento Gestão Assistencial, no montante de R\$ 656.693 (R\$ 599.209, em 2024), bem como os movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social ('DMPS') – Consolidada, item 5. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido dos Planos Assistenciais em 2025 de R\$ 36.062 (em 2024, de R\$ 255.898).

18. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do seguimento da Gestão Previdencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 26 de fevereiro de 2026.

19. Outras Informações

Durante o exercício social de 2025, foram implementadas alterações normativas no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as quais apresentados a principal a seguir:

a) Resolução Previc Nº 26, de 16 de dezembro de 2025.

A Resolução Previc nº 26/2025, que promoveu revisão abrangente da Resolução Previc nº 23/2023, com ajustes de natureza operacional, procedimental e de governança aplicáveis às Entidades

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). As alterações não produziram impactos relevantes sobre o reconhecimento, a mensuração ou a apresentação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2025.

Para o exercício de 2026, destaca-se, como principal mudança com reflexo nas Notas Explicativas, a ampliação dos elementos mínimos obrigatórios de divulgação, conforme disposto no art. 208-A da Resolução Previc nº 23/2023, com redação dada pela Resolução Previc nº 26/2025, o que demandará maior detalhamento das informações qualitativas e quantitativas apresentadas nas demonstrações contábeis.

O Instituto encontra-se em processo de avaliação e adequação às novas exigências normativas, observando o porte, a complexidade e o enquadramento regulatório aplicável.

20. Eventos subsequentes

Até a data de assinatura das Demonstrações Contábeis, não ocorreram eventos subsequentes que pudessem impactar sua apresentação ou interpretação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

